

MP suspeita ainda de lavagem milionária

Mulher de Flávio

pagou sem declarar R\$ 350 mil por loja



Reprodução



Tentou esconder ação não compatível com o histórico financeiro

O Ministério Público do Rio de Janeiro apurou que o senador Flávio Bolsonaro e sua esposa, Fernanda Bolsonaro, omitiram de suas declarações de Imposto de Renda a quantia de R\$ 350 mil desembolsada pela compra de uma franquia de chocolates que o filho do presidente possui em sociedade com Alexandre Santini desde 2014. Para o MP, essa omissão teve o propósito de esconder uma transação não compatível com o histórico financeiro. O MP também suspeita que a loja foi usada para lavar R\$ 1,6 milhão. **Página 3**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Mais 3 milhões de brasileiros perdem o emprego no trimestre

Número de desempregados aumentou 31% entre maio e junho, diz o IBGE

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o número de desempregados no Brasil aumentou em 31% em 12 semanas. Segundo os números divulgados pelo instituto, na sexta-feira (14), cerca de 3,1 milhões de brasileiros ficaram sem emprego neste período. A pesquisa aponta que o desemprego deu um salto de 4% na peúltima semana de julho em relação à semana anterior. **Pág. 2**

Centro Nacional de Pesquisa de Epidemiologia e Microbiologia N.F. Gamaleya

“Medidas para rastrear o vírus são mais urgentes que vacina”, afirma epidemiologista da UNB

O epidemiologista e professor da UnB Jonas Brant afirmou que “medidas governamentais para rastrear a propagação do coronavírus são mais urgentes que vacina”. Segundo o pesquisador, “é preciso ter capacidade de rastreamento

de contato e fortalecer a atenção primária à saúde”. “Se der certo a vacina, ótimo, mas a gente não deve contar com ela como essencial para começar a desencadear as ações que precisam ser feitas hoje para enfrentar esse vírus”, afirmou. **Página 3**

Para Flávio Dino, “Bolsonaro minimizou pandemia tentando escondê-la debaixo do tapete”



O governador do Maranhão, Flávio Dino, afirmou no domingo (16), em entrevista para o Broadcast Político do Estadão, que só o fato de Bolsonaro “transferir responsabilidades já é um sinal de irresponsabilidade”. “Não há nenhum governador que tenha chamado o coronavírus de ‘gripezinha’. Não há nenhum governador que tenha promovido marchas irresponsáveis. Não há nenhum governador que tenha, abertamente, estimulado o descumprimento de normas sanitárias”, acrescentou o governador. **Pág. 3**

UFRJ faz soro até 100 vezes mais potente contra a Covid

Cientistas brasileiros anunciaram que conseguiram a produção de anticorpos neutralizantes até 100 vezes mais potentes contra a Covid-19, usando a resposta imunológica de cavalos. **Página 4**

Gilmar tira casal Queiroz da prisão e mantém o uso das tornozeleiras

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu na sexta-feira habeas corpus para tirar da prisão Fabrício Queiroz e sua mulher, Márcia Aguiar, atendendo a pedido da defesa. **P. 3**



Eduardo Costa avalia o que se sabe sobre a vacina russa

“Em primeiro lugar, ela usará, diferentemente das outras, os dois adenovírus humanos Ad5 e Ad26. Um deles produz o antígeno para a primeira dose e o outro para a segunda dose. Com

isso, atingem 100% de imunogenicidade e a designaram como Sputnik V (Gamaleya)”, afirma o epidemiologista Eduardo Costa, em artigo especial para o HP. Eduardo é professor emérito e Assessor

de Cooperação Internacional da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz. Para ele, o “detalhe de registrar antes da chamada fase 3 parece visar dar mais segurança para o uso em grandes números,

que, afinal, também dizem que farão em cada país com que estabelecerem acordo”. “Outra novidade seria a capacidade produtiva chegar a 500 milhões de doses”, destacou. **Página 4**

Queda do PIB inglês é quase o dobro da União Europeia

Economistas condenam 'dogma fiscalista' contra gastos públicos

"A ideia de suprimir, de asfixiar a capacidade de investimento do Estado é o caminho mais curto para a paralisia completa da economia e é onde nós estamos, num completo atoleiro", afirma o economista André Lara Resende

O "dogmatismo fiscalista" e a necessidade de promover investimentos públicos estiveram no centro do debate "Gestão Macro na Pandemia", no sábado (15), promovido pelo Fórum Nacional INAE (Instituto Nacional de Altos Estudos) em parceria com o Direitos Já! Fórum pela Democracia.

O debate foi coordenado por Raul Velloso, ex-secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e presidente do Fórum Nacional, com a participação dos economistas André Lara Resende, ex-diretor do Banco Central e ex-presidente do BNDES, do economista José Luis Oreiro, professor da UnB e ex-presidente da Associação Keynesiana Brasileira, e do sociólogo Fernando Guimarães, coordenador do Fórum pela Democracia que reúne mais de 300 organizações da sociedade civil e lideranças de 16 partidos políticos.

"Nós queremos descobrir os caminhos para crescer mais. Esse é o nosso objetivo", resumiu o economista Raul Velloso, durante sua apresentação. Citando o resultado do índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) do segundo trimestre em relação ao primeiro, divulgado na semana passada, que mostrou queda de 10,9%, Velloso lembrou que quando esse nível de queda apareceu nos Estados Unidos muita gente lhe dizia: "estamos com pena dos americanos". "E eu dizia, calma, porque quando sair o nosso, nós temos é que ter pena é da gente", contou.

TETO DE GASTOS É INVIÁVEL

Raul Velloso destacou as discussões que dominaram a mídia e em torno do governo sobre a "questão do cumprimento do teto dos gastos".

Citando "uma declaração vigente nos mercados financeiros que coloca toda a ênfase no cumprimento desse teto como sendo algo que se não for cumprido vai ser o caos no país", Velloso manifestou sua posição contrária à visão de que o não cumprimento do teto será o caos. "Não cumprir o teto, que é muito difícil de cumprir, vai significar que o país vai ser abalado por isso? Vai ter fuga de capitais? A inflação vai voltar? Não quero dizer que a gente não tenha de ter controle das contas, eu não sei se se faz sentido escandalizar do jeito que um grande grupo está fazendo no momento".

Velloso lembrou que Paulo Guedes, ministro da Economia, no dia 13 de março, disse que "tinha R\$ 5 bilhões para aniquilar a pandemia da Covid-19 e que eram suficientes", e que no dia 13 de agosto já foram necessários mais de R\$ 700 bilhões. "Por que não 'furar o teto' com mais R\$ 20 bilhões para investimentos em infraestrutura?", questiona Velloso. "E que Guedes fica sinalizando para o mercado - esse ente que muita gente não sabe direito o que é, mas que tem um peso muito importante no noticiário - que está 'furando o teto', 'dando um jeitinho'. Guedes reclamou que o governo estava sinalizando negativamente com isso e que ele estava muito preocupado", ironizou Velloso.

"Os investimentos estão tendendo a zero. É difícil entender essa briga pelo cumprimento do teto. Será que não precisa investir? Será que não tem um papel para o setor público desempenhar nessa área?", questionou o economista. "Os investimentos estão desabando há muito tempo. Temos uma epidemia, a economia desabou, em seguida à sua eclosão. Em última instância, o

que nós precisamos é crescer mais, empregar as pessoas, a discussão do teto reapareceu e é uma discussão que tem muito problema em si e não sei se é a coisa mais urgente neste momento, porque o investimento está pagando a conta quando ele poderia ser o motor principal da recuperação da economia nessa situação atípica, extraordinária, que nós estamos vivendo", afirmou Raul Velloso.

LARA RESENDE: "EUROPA E EUA SEGUIRAM NOVO RECEITUÁRIO DE EXPANSÃO DA BASE MONETÁRIA APÓS A GRANDE CRISE DE 2008"

O economista André Lara Resende destacou que com a pandemia "nós temos uma crise inusitada, diferente das crises que são mais frequentes no capitalismo contemporâneo, que normalmente começam com uma crise financeira e que ameaçam a economia real. Essa crise, como ela teve origem como uma crise sanitária do coronavírus, ela paralisou a economia, o funcionamento da economia real, e com isso provocou uma grande queda do nível de atividade e recessão e ameaça se transformar numa crise financeira. A queda no nível de atividade da economia no segundo trimestre, como Raul mostrou, foi profunda, dramática, não apenas no Brasil, mas em todos os países afetados pelo vírus. É uma recessão, portanto, global e sincronizada. Permanece uma enorme incerteza sobre o desenvolvimento dessa crise, como é que vamos sair dela, especialmente, por causa das incertezas de questões médicas, sanitárias, sobre o vírus. Se haverá um tratamento, se haverá uma vacina, quando haverá, qual é a eficácia da vacina? Portanto, continuamos com um horizonte ainda mais incerto do que o normal em relação ao futuro".

Segundo Lara Resende, "a reação de políticas públicas nas principais economias do mundo, na Europa, nos Estados Unidos e nas outras economias avançadas seguiu o novo receituário adotado após a grande crise financeira de 2008, a ideia de que é possível expandir a liquidez, basicamente através do que se chamou de afrouxamento monetário (Quantitative easing-QE), com expansão do passivo do Banco Central, que é simplesmente expansão monetária, aumento de liquidez, e redução da taxa básica de juros, que é controlada pelo Banco Central, que é o principal instrumento de política monetária dos bancos centrais hoje".

"Essa visão de dogmatismo fiscalista, de que é preciso equilibrar as contas públicas sempre e em todas as condições, a curto prazo, para evitar que a relação dívida/PIB passe de um teto mágico, que inicialmente se imaginava perto de 70% do PIB foi colocado completamente de lado".

"O FED [Banco Central dos EUA] logo no primeiro mês da crise multiplicou por três o seu passivo monetário, ou seja, a base monetária, passou de perto de 10% do PIB para quase 30% do PIB americano, responsável, portanto, por 20% do PIB de expansão monetária".

Segundo o economista, "essa visão de dogmatismo fiscalista, de que é preciso equilibrar as contas públicas sempre e em todas as condições, a curto prazo, para evitar que a relação dívida/PIB passe de um teto mágico, que inicialmente se imaginava perto de 70% do PIB", foi "colocado completamente de lado".

Veja a matéria completa no HP: <https://horadopovo.com.br/economistas-condenam-dogmatismo-fiscalista-e-defendem-investimentos-publicos/>



Mais 3 milhões de brasileiros perdem emprego entre maio e julho, aponta IBGE

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o número de desempregados no Brasil aumentou em 31% em 12 semanas. Segundo os números divulgados pelo instituto, nesta sexta-feira (14), cerca de 3,1 milhões de brasileiros ficaram sem emprego neste período.

Segundo a Pnad Covid19, versão da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, aponta que na penúltima semana de julho havia 12,9 milhões de desempregados no país, alta de 4% em relação à semana anterior, quando esse contingente somava cerca de 12,3 milhões. O levantamento foi feito entre os dias 19 e 25 de julho.

Isto significa que mais de meio milhão (550 mil) de pessoas ficaram sem seus empregos de uma semana para outra. Assim, "a taxa de desocupação ficou em 13,7% para o período de 19 a 25 de julho, estável em relação à semana anterior (13,1%) e com alta frente à primeira semana de maio (10,5%)", diz a coordenadora da pesquisa, Maria Lúcia Vieira. Na primeira semana de maio, quando teve início o levantamento Pnad Covid19, o contingente de pessoas neste grupo era de cerca de 9,8 milhões.

Comparando com o início da pesquisa, o saldo da nossa investigação é que a população ocupada está menor, em 2,9 milhões de pessoas. A população desocupada está maior, pouco mais de 3 milhões de pessoas. E a taxa de desocupação também está maior em 3,2 pontos percentuais. Isso num contexto em que a população informal vem caindo também", declarou Vieira.

Na penúltima semana de julho, a população fora da força de trabalho, que não estava trabalhando nem procurando por trabalho, era de 76 milhões de pessoas. Nessa população, cerca de 28 milhões de pessoas, ou 36,9%, disseram que gostariam de trabalhar.

O IBGE apontou que cerca de 18,5 milhões de pessoas fora da força de trabalho não o fizeram por causa da pandemia ou por não encontrarem uma ocupação na localidade em que moravam, o que corresponde a 24,4% das pessoas fora da força.

Das 13,3 milhões de pessoas que se queixaram de alguns dos 12 sintomas associados à doença causada pelo coronavírus, 3,3 milhões buscaram atendimento médico na penúltima semana de julho. Desse total, 159 mil (14,5%) ficaram internadas em algum hospital.

Informalidade

Segundo o IBGE, a taxa de informalidade somou mais 600 mil pessoas no número de trabalhadores informais - subiu 26,6 milhões para 27,2 milhões de pessoas, na comparação com a terceira semana de julho. No entanto, esse contingente recuou 9%, na comparação com a primeira semana de maio, quando o número de trabalhadores informais somava 30 milhões.

Entre os informais estão os empregados do setor privado sem carteira; trabalhadores domésticos sem carteira; empregadores que não contribuem para o INSS; trabalhadores por conta própria que não contribuem para o INSS; e trabalhadores não remunerados em ajuda a morador do domicílio ou parente.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Uttinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Professor da UnB José Luis Oreiro e André Lara Resende, ex-diretor do BC



Raul Velloso do Fórum Nacional INAE e Fernando Guimarães do Direitos Já!

Entidades lançam manifesto em defesa do livro e rechaçam imposto de Guedes

"Será o fim das livrarias físicas e das distribuidoras. Elas não têm margens para pagar esses 12%", alertam editores sobre fim da isenção

O imposto sobre o livro, prevista na proposta de reforma tributária do governo Bolsonaro, coloca em risco a sobrevivência de livrarias e distribuidoras, denunciam escritores, editores, críticos literários e empresários do setor livreiro. Alexandre Martins Fontes, que é proprietário da editora WMF Martins Fontes, disse na terça-feira (11) que "o impacto econômico da pandemia é muito pequeno" perto da proposta de taxar os livros.

"Será o fim das livrarias físicas e das distribuidoras. Elas não têm margens para pagar esses 12%", "É um imposto nocivo em todos os sentidos. Acredita-se que, para mitigar o impacto da CBS, as editoras majorem a sugestão de preço dos livros. Para as livrarias, essa possibilidade é mais difícil diante da concorrência predatória, sobretudo, com as ofertas do comércio eletrônico", disse Fontes. De 2006 a 2019 o faturamento do setor editorial encolheu 20%.

Atualmente, a Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004 reduziu a zero a alíquota do PIS e da COFINS nas vendas de livros. Esse benefício deixaria de existir, pois esses dois tributos seriam unificados, criando a chamada Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com alíquota de 12%, de acordo com a proposta do governo.

Na semana passada (4), o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o governo ia dar "livros para os mais pobres", em uma reunião da Comissão Mista do Congresso Nacional que avalia a proposta de reforma tributária. Após a declaração de Guedes, a Associação Brasileira dos Editores de Livro (Abrelivros), a Câmara Brasileira do Livro (CBL) e o Sindicato Nacional dos Editores de Livro (SNEL) redigiram um manifesto que foi entregue para a comissão Mista.

No documento, intitulado "Manifesto em Defesa do Livro", as entidades lembram que a isenção de impostos para o papel utilizado na impressão de livros, jornais e revistas foi consagrada pela Constituição Democrática de 1946, por iniciativa do autor brasileiro de maior prestígio internacional à



época, Jorge Amado. "Por um lado, a isenção visava tornar o papel acessível às mais diferentes vozes no debate das questões nacionais, garantindo o suporte material para a livre manifestação de opiniões; por outro, barateava o produto, permitindo que o livro e a imprensa pudessem chegar às camadas mais amplas da população, em um país onde o analfabetismo era, infelizmente, a regra e não a exceção", diz o manifesto.

As entidades afirmam no documento que a medida defendida por Guedes pode elevar a desigualdade no País. "As instituições ligadas ao livro estão plenamente conscientes da necessidade da reforma e simplificação tributárias no Brasil. Mas não será com a elevação do preço dos livros - inevitável diante da tributação inexistente até hoje - que se resolverá a questão. Menos livros em circulação significa mais elitismo no conhecimento e mais desigualdade de oportunidades no país das desigualdades conhecidas, mas pouco combatidas", afirma o documento.

O escritor e editor da Companhia das Letras, Luiz Schwarz, declarou que "na visão de mundo vigente nesse projeto, o rico pode ler, mas o pobre só lerá o que o governo lhe fornecer". "Que visão têm esses senhores da pobreza, do papel dos bens culturais e da educação para o povo? Será que o ministro e o tributarista sabem diferenciar livros básicos de literatura escolar da capacidade de acesso ao conhecimento voluntário e geral?", questionou Luiz Schwarz,

se referindo a Guedes e ao economista Bernard Appy, autor do estudo que embasa o projeto. "Que governo é esse e que ministérios da Educação e da Cultura temos, para que possamos delegar totalmente a seleção dos livros a esses senhores e senhoras? Que liberalismo é esse que defende o dirigismo estatal na escolha do que o pobre deve ou não deve ler?", enfatizou Schwarz, em uma coluna de opinião da Folha SP.

Samuel Seibel, dono da rede Livraria da Vila, afirma que desde a lei de 2004 o produto-livro teve cerca de 25% de seu preço diluído. "O preço do livro subiu muito menos que a inflação nesses últimos 15 anos. Hoje, as livrarias não têm margens para sacrificar e absorver esse novo imposto". "O mercado não está pedindo um privilégio. Talvez esteja entendido dessa forma. Mas não é. É por uma necessidade de sobrevivência".

O jornalista e crítico literário do Uol, Rodrigo Casarin, critica também o projeto afirmando que "Bolsonaro e seus pares sempre preferiram a bala ao conhecimento".

"Paulo Guedes, especialista em sacar dados sabe-se lá de onde, e diz que livro é coisa de rico. Na cabeça dele, provavelmente, pobre não dá bola para cultura - afinal, quem liga para qualquer coisa que não esteja numa planilha, não é mesmo? Na visão tacanha em vigor, precisamos de mão de obra barata e consumidores, não de gente enchendo o saco com pensamento crítico".



Governador do Maranhão, Flávio Dino: 'Bolsonaro tentou minimizar a pandemia'

O governador do Maranhão, Flávio Dino, afirmou no domingo (16), em entrevista para o Broadcast Político do Estadão, que só o fato de Bolsonaro "transferir responsabilidades já é um sinal de irresponsabilidade".

"Não há nenhum governador que tenha chamado o coronavírus de 'gripezinha'. Não há nenhum governador que tenha promovido marchas irresponsáveis. Não há nenhum governador que tenha, abertamente, estimulado o descumprimento de normas sanitárias", acrescentou o governador.

"Ninguém no mundo conseguiu fazer milagre; mas, o que distingue os governantes, no planeta e no Brasil, é a atitude que tomou diante do problema. O Bolsonaro tentou minimizá-lo, escondê-lo debaixo do tapete, não cuidou dele e passou, depois, até a debochar de esforços sérios, sintonizados com os padrões sanitários mundiais para debelar essa gravíssima crise", afirmou Dino.

O governador destacou ainda que "quando isso for apurado lá adiante pelo jornalismo, pela imprensa, pela sociedade, pelos historiadores, vai ficar claro que lamentavelmente a negligência do presidente da República teve um papel proeminente para que não tenhamos conseguido conter [a disseminação do vírus], no momento certo".

"Em março e abril os governadores, unidos, diziam uma coisa e o presidente dizia outra! Isso só aconteceu no Brasil!", apontou Flávio Dino. "Começou a acontecer nos EUA e o Trump foi obrigado a recuar. Bolsonaro ficou sozinho no mundo. E isso, obviamente, fez com que os esforços se perdessem. Ele impediu o trabalho de sua própria equipe de saúde. É um governo que se auto-sabota, estamos vendo isso na economia e vimos antes na saúde. E tudo isso cobrou um preço: desabastecimento de insumos, de equipamento e dificuldades na montagem de estratégias que permanecem até hoje", destacou.

O governador concluiu dizendo: "não faço um discurso de 'Tribunal do Júri' - acho fora de hora. Mas, tenho a convicção de que essa demarcação de posturas sérias, adotadas por um conjunto de gestores estaduais e municipais, e uma postura realmente lamentável adotada por parte do presidente da República".

Fonte: Estadão

Mulher de Flávio ocultou R\$ 350 mil, revela MP-RJ



Flávio Bolsonaro e a mulher, Fernanda: omissão para esconder dinheiro desviado

'Busca ativa e rastreio são cruciais contra a Covid', declaram ex-ministro Temporão e pesquisadores

O ex-ministro da Saúde, José Gomes Temporão, a pesquisadora Márcia Castro e professor Adriano Massuda defenderam em artigo que o "rastreamento de contato", através de equipes de atenção primária, "é crucial para o controle de doenças transmissíveis", como o coronavírus.

"A busca ativa e o rastreamento de contatos são fundamentais para minimizar a infecção entre grupos de alto risco e maximizar a detecção de indivíduos que poderiam ter sido expostos ao coronavírus, contribuindo para reduzir a demanda por serviços hospitalares", argumentam os pesquisadores.

José Gomes Temporão foi ministro da Saúde de 2007 a 2011 e é pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz; Márcia Castro é professora e chefe do departamento de Global Health and Population, na Harvard T.H. Chan School of Public Health, e Adriano Massuda é professor no Centro de Estudos em Planejamento e Gestão de Saúde, da FGV.

O artigo, intitulado Atenção primária à saúde e a covid-19 no Brasil, foi publicado no jornal Valor Econômico.

Os pesquisadores chamam atenção para o fato de que o Brasil tem 269.921 agentes comunitários no programa Estratégia Saúde da Família (ESF), mas que eles têm tido um papel "mínimo" no combate ao coronavírus, devido à falta de estratégia do governo federal.

Esses "profissionais são capazes de rastrear os contatos de pessoas que testaram positivo para a doença, e esses contatos podem ser colocados em quarentena e/ou testados", afirmam.

"A medida que cidades

implementam planos de reabertura, incorporar equipes de Atenção Primária e agentes comunitários é necessário e urgente. Se nada for feito, o país permanecerá assistindo milhares de mortes, das quais muitas poderiam ser evitadas", alertam.

"As equipes de atenção primária poderiam ter feito a diferença na resposta do Brasil à covid-19. Esses profissionais podem auxiliar a identificação de domicílios mais vulneráveis, muitos dos quais sem acesso regular à água, dependentes do trabalho informal, e com alta densidade de moradores", prosseguem os pesquisadores.

"Isso é fundamental em um país desigual como o Brasil, onde as medidas de distanciamento social praticadas nos países europeus são inviáveis para grande parcela da população e, portanto, devem ser adaptadas à realidade local", dizem os autores.

Para eles, "a falta de uma mensagem uniforme dos diferentes níveis de liderança quanto à seriedade da covid-19 - combinada com um orçamento reduzido para a saúde, devido às medidas de austeridade e mudanças no mecanismo de financiamento da ESF - prejudicou o planejamento de uma resposta efetiva".

"A coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", apontam.

Os pesquisadores criticam o fato de que, no início da pandemia, "o protocolo para atenção primária no enfrentamento da covid-19, publicado pelo Ministério da Saúde, priorizou o atendimento clínico, secundarizando o controle epidemiológico e a

orientação de medidas preventivas na comunidade".

"O resultado é que a participação dos agentes se limita a ações locais, que partem de movimentos comunitários, filantrópicos, e de iniciativas de governantes locais", continuam.

Segundo eles, uma estratégia mais acertada de combate ao coronavírus faria "arranjos especiais para permitir a quarentena de indivíduos expostos que vivem em áreas precárias, com baixos recursos financeiros, e que, portanto, não têm meios de sair temporariamente do domicílio", e também ampliaria a testagem.

"Atualmente, o Brasil é um dos países que realiza o menor número de testes dado o seu tamanho populacional", assinalam.

"Diante do relaxamento das políticas de distanciamento social, esses instrumentos são cruciais para minimizar a possibilidade de novos aumentos na transmissão", observam os cientistas.

As prefeituras e governos estaduais também podem "preparar protocolos e organizar treinamentos, com orientação coordenada às ações locais. Contudo, o governo precisa prover meios para a implantação dessas ações".

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia.

"Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Os autores reafirmam a crítica à falta de coordenação nacional para combater a pandemia. "Seis meses após o registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil, com mais de três milhões de casos e superando a marca de 100 mil mortes provocadas pela doença, a coordenação nacional da resposta ainda é caótica e se reflete em elevadas médias diárias de casos e mortes que persistem há três meses", lamentam.

Segundo a investigação, a loja de chocolate declarou um total de R\$ 6,5 milhões de arrecadação entre 2015 e 2018. No entanto, o valor auditado pelo shopping, na Barra da Tijuca, foi de R\$ 4,8 milhões em vendas. A diferença ao longo do período foi de R\$ 1,6 milhão

Segundo o Ministério Público do Rio de Janeiro, o senador Flávio Bolsonaro e sua esposa, Fernanda Bolsonaro, omitiram de suas declarações de Imposto de Renda a quantia de R\$ 350 mil desembolsada pela compra de uma franquia de chocolates que o filho do presidente possui em sociedade com Alexandre Santini desde 2014. As informações são do jornal O Globo deste domingo (16).

Segundo o jornal, os promotores detectaram a falta da declaração desse dinheiro após cruzar dados bancários e fiscais de Flávio e Fernanda desde que as quebras de sigilo foram autorizadas pelo Tribunal de Justiça do Rio, em abril de 2019. Flávio e Santini compraram a loja em contrato assinado em 11 de dezembro de 2014 por R\$ 800 mil. Cada um ficou responsável por pagar uma metade - R\$ 400 mil.

Na declaração de Flávio à Receita Federal, os promotores identificaram um pagamento de R\$ 50 mil para a empresa do antigo dono, que coincide com cheque emitido por Flávio como sinal. Sua mulher, Fernanda, que não é sócia da loja, fez uma transferência eletrônica de R\$ 350 mil para o antigo dono em 2 de fevereiro de 2015 e quitou o que seria a parte de Flávio. No entanto, esse pagamento não foi declarado no Imposto de Renda. Para o MP, essa omissão teve o propósito de esconder uma transação não compatível com o histórico financeiro.

Flávio e Santini declararam à Junta Comercial do Rio que o capital social da Bolsotini (razão social que mescla os sobrenomes) foi de R\$ 200 mil. Na quebra de sigilo, o MP detectou que o valor foi repassado por meio de transferência eletrônica por Fernanda para a conta da empresa. Esses R\$ 200 mil já incluem a parte que seria de Santini. Por isso, o MP aponta o fato como indício de que o sócio seria, na verdade, um laranja, mostra a reportagem.

No depoimento, sobre os R\$ 200 mil, Flávio falou que Fernanda teria registrado o valor na declaração de Imposto de Renda dele. Em seguida,

disse que a declaração não era conjunta, mas informavam que eram cônjuges "para a Receita entender que o patrimônio dela tinha que ser analisado em conjunto". A reportagem informa que, no depoimento prestado ao MP-RJ, o senador caiu em contradição ao explicar a negociação, confundiu valores e, em muitos momentos, disse não recordar das operações.

O MP escreveu nos autos da investigação que, no ano de 2015, "tanto Flávio Bolsonaro como sua esposa, Fernanda, omitiram em suas declarações de Imposto de Renda o restante dos pagamentos realizados à empresa C2S Comércio de Alimentos, evidenciando o propósito de esconder dos órgãos fiscalizadores o valor total da transação para a qual o casal não possuía lastro financeiro".

Ao ser questionado em depoimento no mês passado sobre a omissão nas declarações, Flávio disse que não sabia se a loja tinha sido comprada exatamente por R\$ 800 mil. "É, tá no contrato. Se não me engano, o que está lançado aí não é o que eu gastei com a Copenhagen, mas o capital social da loja, alguma coisa assim. Nas retificadoras (do Imposto de Renda) que eu fiz tá direitinho como é que eu fiz o pagamento, em que momento, eu não sei agora de cabeça para te falar", declarou.

Os investigadores, no entanto, concluíram que o pagamento pela compra da loja não foi informado em nenhuma declaração retificadora. O Ministério Público teve acesso a todas as declarações do senador; entre 2007 e 2018, período que abrange a quebra de sigilo autorizada pela Justiça. O MP suspeita que a loja foi usada por Flávio para lavar cerca de R\$ 1,6 milhão em dinheiro vivo obtido a partir das devoluções de parte dos salários dos servidores da Alerj. Segundo a investigação, a Bolsotini declarou um total de R\$ 6,5 milhões de arrecadação entre 2015 e 2018. No entanto, o valor auditado pelo shopping, localizado na Barra da Tijuca, foi de R\$ 4,8 milhões em vendas. A diferença ao longo do período foi de R\$ 1,6 milhão.

Reprodução



Procurador-geral foi escolhido por Bolsonaro fora da lista tríplice Aras pede pelos criminosos digitais e afirma que eles faziam apenas uma "crítica justa"

O procurador-geral da República (PGR), Augusto Aras, escolhido por Bolsonaro por fora da lista tríplice dos procuradores, defendeu os perfis digitais bolsionistas que agrediram e ameaçaram integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional.

Segundo Aras, os criminosos que tiveram seus perfis bloqueados pelo facebook e twitter, a mando de Alexandre de Moraes, ministro do STF que conduz o inquérito das fake news, estavam apenas fazendo uma "crítica justa".

Aras repetiu uma manifestação feita em maio em defesa dos perfis falsos. Ele disse na época que a livre circulação de ideias e o debate público são fundamentos para uma sociedade aberta. Na visão do procurador-geral, os bloqueios de contas nas redes sociais representam uma medida desproporcional.

Em uma das sessões do STF sobre o tema, Alexandre de Moraes respondeu a essas alegações lendo algumas frases recebidas por ele nas redes sociais. "Que estuprem e matem as filhas dos ordinários ministros do STF", citou o ministro. "Em nenhum lugar do mundo isso é liberdade de expressão. Isso é bandidagem, criminalidade. Postado por uma advogada do

Rio Grande do Sul, incitando o estupro", disse o ministro.

Outra ameaça dizia, segundo Moraes. "Quanto custa atirar à queima-roupa nas costas de cada filho da p*** ministro do STF que queira acabar com a prisão em segunda instância? Se acabar com a segunda instância, só nos resta jogar combustível e tocar fogo no plenário com os ministros dentro". Onde está aqui a liberdade de expressão?", questionou o ministro do STF.

Nesta semana, Roberto Jefferson, condenado por corrupção, voltou a agredir membros do STF. Disse que o decano Celso de Mello era um "merda" e Alexandre de Moraes, um "bosta".

O inquérito das fake news apura a disseminação de conteúdo falso e ameaças a ministros do STF nas redes sociais. Figuras como o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB), o blogueiro Allan dos Santos e os empresários Luciano Hang (da Havan) e Edgard Corona (das academias Smart Fit), alvos de investigação no âmbito do inquérito, tiveram suas contas suspensas. Aras considerou a medida de bloqueio, determinada por Alexandre de Moraes, como "medida desproporcional".

Gilmar Mendes contraria STJ e solta Queiroz e Márcia Aguiar

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu nesta sexta-feira (14) um habeas corpus para restaurar a prisão domiciliar de Fabrício Queiroz e da mulher, Márcia Aguiar. A decisão atende a um pedido da defesa de Queiroz e ocorre um dia após o ministro Félix Fischer, do Superior Tribunal de Justiça, revogar a prisão domiciliar concedida ao casal e determinar a volta de Queiroz para a prisão.

O ministro Felix Fischer havia decidido pela decretação da prisão em regime fechado de Fabrício Queiroz e Márcia, esta última uma fugitiva da Justiça, porque, segundo seu despacho, "os elementos mostram que o casal articulou e trabalhou arduamente, em todas as frentes, para impedir a produção de provas e/ou realizar a adulteração/destruição destas."

Segundo provas acrescentadas aos autos pelo MP-RJ, Queiroz estava chantage-

ando testemunhas e destruindo provas dos crimes na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). Ele obrigou a mãe do miliciano Adriano da Nóbrega, ex-funcionária fantasma do gabinete a fugir para o interior de Minas para não comparecer ao depoimento no MP.

Fischer disse que "são inúmeros os trechos que, em tese, identificam uma verdadeira organização, com divisão de tarefas e até mesmo certa estrutura hierárquica (os pacientes obedeciam a diretrizes de pessoa indigitada de "ANJO", um "superior hierárquico")."

A defesa de Queiroz argumentou que a prisão seria ilegal porque foi determinada pela primeira instância, sendo que o caso da lavagem de dinheiro no gabinete do então deputado Flávio Bolsonaro, de quem Queiroz era operador, foi deslocado para a segunda instância, que seria o foro, segundo os advogados, adequados para investigar Flávio Bolsonaro.

"Se o PSL quer mesmo lutar contra a corrupção, não é com Bolsonaro", diz Major Olímpio

O senador Major Olímpio (PSL-SP) rejeitou a ideia de Jair Bolsonaro retornar ao partido e disse que "se o PSL quiser mesmo lutar contra a corrupção, não é com Bolsonaro".

"Dignidade não tem preço! Num dia ninguém do PSL presta, depois Bolsonaro quer voltar? Quem disse que o PSL quer? Já se acostumou com o toma lá dá cá do Centrão?", questionou Olímpio pelas redes sociais.

"Se a maioria tiver vergonha na cara, não aceita! Se o PSL quiser mesmo lutar contra a corrupção, não é com Bolsonaro", completou. "Mais fácil o PSL aceitar a filiação do Lula", disse.

Em transmissão feita na quinta-feira (13), Jair Bolsonaro disse que terá que "olhar outros partidos" para as eleições municipais no fim do ano. Entre as possibilidades, está o PTB de Roberto Jefferson e o PSL.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

Nordeste estuda acordo com Rússia para compra de vacina

Governador Flávio Dino afirmou que tratativas estão sendo realizadas pelo governador da Bahia, Rui Costa, que é o presidente do Consórcio Nordeste

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB) afirmou na sexta-feira (14) durante entrevista coletiva, que os estados do Nordeste, via Consórcio Nordeste, estão em contato com o governo da Rússia para um possível acordo de uso da vacina do novo coronavírus, anunciada na última semana pelo governo russo.

Ele explicou que o governador da Bahia, Rui Costa (PT), está realizando as negociações em nome dos nove estados, junto com empresas e as autoridades russas para ter acesso à vacina Sputnik V.

“O governador do estado da Bahia, onde se situa o Consórcio Nordeste, está em nome dos nove estados do Nordeste tratando com empresas e com o Governo Russo um protocolo que nos garanta o acesso a este momento de experimento. E se Deus nos proteger por este caminho ou por qualquer outro, nos termos uma diálogo visando um futuro no abastecimento do nosso estado no que se refere a uma possível vacina que seja produzida naquele país ou qualquer outro. Neste caso, foi a Rússia que anunciou ter descoberto a vacina”, disse.

Nesta semana, o Paraná assinou um documento para o desenvolvimento da vacina russa contra o coronavírus no país. A assinatura do termo foi realizada por videoconferência com representantes do governo do Pará, Ministério da Saúde e embaixada da Rússia.

SPUTNIK V
Desenvolvida pelo Instituto Gamaleya, em Moscou, os testes clínicos iniciais da

vacina russa começaram em humanos há menos de dois meses, em 17 de junho. Apenas 38 pessoas foram testadas e as pesquisas dos estudos não foram publicados pelas autoridades russas.

A terceira fase de testes começou na quarta-feira (12). Mais de 2 mil pessoas na Rússia, em países do Oriente Médio (Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita) e da América Latina (Brasil e México), receberam a dose da Sputnik V.

A Rússia foi o primeiro país a aprovar uma vacina contra a Covid-19, menos de dois meses depois do início dos testes clínicos. O anúncio foi feito pelo presidente russo, Vladimir Putin, na terça-feira (11).

A vacina russa se chamará Sputnik V, em alusão à corrida espacial da Guerra Fria entre União Soviética e Estados Unidos. O Sputnik I foi o primeiro satélite a orbitar a Terra, lançado pelos soviéticos em 1957.

A vacina ainda não concluiu os testes em estágio avançado e por isso, sua eficácia tem sido alvo de desconfiança por parte de cientistas.

O site oficial sobre a pesquisa afirma que, no dia 1º de agosto, os testes de fase 1 e 2 foram concluídos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que sejam realizadas três etapas de testes.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) afirmou que a Rússia “não precisa de sua aprovação” para registrar a vacina, e que precisará ter acesso aos dados da pesquisa para avaliar a eficácia e segurança de imunização.

Dameres excluiu entidades do movimento negro do Conselho de Promoção da Igualdade Racial

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do governo Bolsonaro, Dameres Alves, anulou 14 mandatos entre titulares e suplentes, do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR) que eram ocupados por membros do movimento negro. Além disso, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) também foram excluídas do CNPiR.

O conselho tem seus integrantes escolhidos a cada dois anos por meio de seleção junto à sociedade civil. Em dezembro de 2018, os integrantes do conselho foram designados para um mandato de dois anos referente ao biênio entre 2019 e 2020.

O CNPiR é um órgão que tem como principal missão propor políticas de promoção da igualdade racial, com ênfase na população negra e outros segmentos raciais e étnicos da população brasileira. Além do combate ao racismo, o Conselho tem por missão propor alternativas para a superação das desigualdades raciais, tanto do ponto de vista econômico quanto social, político e cultural, ampliando, assim, os processos de controle social sobre as essas políticas.

Para isso o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial anualmente avalia a proposta orçamentária da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e lhe cabe sugerir as prioridades com que os recursos do setor serão empenhados.

Os conselheiros que perderam

os mandatos são representantes dos seguintes segmentos: organizações gerais do movimento negro, juventude negra, quilombolas, trabalhadores, estudantes, pesquisadores negros e comunidade árabe. Os conselheiros que tiveram seus mandatos anulados são: Danilo Rosa de Lima (do Educafro), Angela Cristina Santos Guimarães (da União dos Negros pela Igualdade), Angela Maria da Silva Gomes (Movimento Negro Unificado), Rosilene Torquato de Oliveira (Agentes de Pastoral Negros do Brasil), Moara Correia Saboia (Coletivo Nacional de Juventude Negra), Maria Rosalina dos Santos e José Alex Borges Mendes (Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas).

Questionado, o ministério disse que destituiu os integrantes porque algumas das organizações que eles representavam estavam no 4º mandato consecutivo junto ao conselho, o que, segundo o governo Bolsonaro, não seria permitido.

As entidades do movimento negro que foram excluídas pelo governo Bolsonaro do Conselho fazem parte da Coalizão Negra por Direitos, que nesta quarta-feira, 12, protocolou um pedido de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro por causa da morte de mais de 100 mil pessoas vítimas da Covid-19. A Coalizão é um movimento composto por mais de 100 outras entidades que representam o movimento negro em diversos estados do país.



Dameres Alves ministra da Mulher do governo Bolsonaro



Consórcio NE está em contato com russos para estabelecer “um protocolo que nos garanta o acesso ao experimento”

Brasileiros criam soro a partir de cavalos com anticorpos potentes contra Covid-19

Cientistas brasileiros anunciaram nesta quinta-feira (13) em sessão da Academia Nacional de Medicina uma nova descoberta. Cavalos receberam a proteína S do Sars-CoV-2, responsável por infecção das células humanas, e desenvolveram um anticorpo neutralizante 20 a 50 vezes mais potente contra a Covid-19.

Jerson Lima Silva, pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e presidente da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj), e Adilson Stolet, médico e presidente do Instituto Vital Brazil (IVB), anunciaram a descoberta, apontando a alta capacidade de resposta dos animais.

“Encontramos nos experimentos anticorpos até 100 vezes mais potentes. Nós fomos acompanhando cinco cavalos semanalmente e quatro deles tiveram uma resposta até mais alta do que 50”, disse Jerson Lima.

Quando começou, o projeto visava a obter material biológico mais elaborado do que soros antiofídicos e antitetânicos. Esse soro é chamado hiperimune ou gamaglobulina hiperimune porque os pesquisadores inocularam o antígeno, durante três semanas, nos plasmas de cinco cavalos do Instituto Vital Brazil (IVB), laboratório oficial do governo fluminense.

Os animais foram inoculados com a proteína S recombinante do novo coronavírus, produzida no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE/UFRJ) e, após 70 dias, os plasmas dos equinos apresentaram anticorpos neutralizantes 20 a 100 vezes mais potentes contra o novo coronavírus do que os plasmas de pessoas que tiveram Covid-19 e estão em convalescência.

Segundo ele, o resultado da inoculação nos cavalos foi uma grande surpresa para os pesquisadores. “Os animais nos deram uma resposta impressionante de produção de anticorpos. Inoculamos em cinco e agora estamos expandindo para mais cavalos”. Quatro dos cinco equinos responderam muito rapidamente. “O quinto (animal), assim como acontece nos humanos, teve uma resposta mais demorada, mas também respondeu produzindo anticorpos”. Os cavalos do Instituto Vital Brazil estão em uma fazenda do laboratório, no município de Cachoeiras de Macacu, região metropolitana do Rio de Janeiro.

Os estudos comprovaram que o soro produzido por cavalos para tratamento da Covid-19 é superior ao feito com

plasma de doentes convalescentes. “A gente vê que o nosso anticorpo do cavalo, em alguns casos, é próximo de 100 vezes mais alto. Entre 50 e 100 vezes”. Isso significa que os anticorpos produzidos pelos animais neutralizam o vírus da covid-19 com até 100 vezes mais potência, “mesmo quando a gente vai para a preparação final dos soros”.

O coordenador do projeto explicou que outra vantagem do estudo é que ele é complementar às possibilidades de vacinas contra o vírus, cuja maioria se baseia na proteína da coroa. A ideia é que o soro produzido a partir dos plasmas dos equinos inoculados seja usado como tratamento, por meio de uma imunoterapia, ou imunização passiva. A vacina seria complementar.

Após a aprovação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), o grupo de pesquisadores vai iniciar os testes clínicos, com foco nos pacientes com diagnóstico confirmado de covid-19 que estejam internados, mas não se encontram em unidades de terapia intensiva. Os testes vão comparar quem recebeu o tratamento com quem não recebeu. “A gente está bem otimista. Mas essa é uma etapa que tem de ser feita”, disse Silva.

Ele informou que pretende firmar parcerias com outros laboratórios semelhantes que produzem soro no Brasil, localizados em São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, “porque será preciso muito material”.

O estudo indica que enquanto não há vacinas aprovadas e diante da dificuldade em atender à grande demanda em todo o mundo, o uso potencial da imunização passiva por terapia com soro deve ser considerado uma opção. A soroterapia é um tratamento bem-sucedido e usado, há décadas, contra doenças como raiva, tétano e picadas de abelhas, cobras e outros animais peçonhentos, como aranha e escorpiões.

Deputada quer que ministro explique corte de R\$ 4,2 bilhões no orçamento do MEC

A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) apresentou nesta quinta-feira (13) requerimento de convocação do ministro da Educação, Milton Ribeiro, para prestar esclarecimentos sobre o corte de 18,2% no orçamento do Ministério da Educação (MEC) para 2021, o que representa R\$ 4,2 bilhões a menos para a Pasta. Nas universidades e institutos federais de ensino, a previsão de corte é de R\$ 1 bilhão.

Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), R\$ 185 milhões deixarão de ser empregados no Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que oferece assistência à moradia estudantil, alimentação e transporte. O orçamento do Pnaes atualmente é de R\$ 1 bilhão.

Para a parlamentar, a decisão do governo Bolsonaro vai na contramão das demandas estaduais e municipais, que buscam formas de retornar as aulas após a pandemia. Ela ressalta que o orçamento da Educação está congelado há três anos e o corte previsto ocorre em um ano que deveria ter aumento de recursos, pois as aulas vão voltar com uma nova demanda relacionada com medidas sanitárias de segurança.

“Diante das ameaças que pairam



sobre o funcionamento das instituições federais de ensino superior e dos riscos decorrentes da volta às aulas em época de pandemia, é necessário que o ministro da Educação preste esclarecimentos ao Poder Legislativo sobre os anunciados cortes no orçamento do MEC e suas implicações para as instituições”, justificou.

Os valores do corte constam num documento do Ministério da Economia e um projeto de lei orçamentária será encaminhado para o Congresso Nacional.



A vacina do Centro Gamaleya, de Moscou

A vacina russa

EDUARDO AZEREDO COSTA*

O Ministro Interino da Saúde, pela imprensa de hoje, já nos assegurou que a vacina de Oxford é melhor, o que ainda não podemos saber. Em particular, eu não sabia até ontem nada, nem um detalhe, da vacina russa contra a COVID-19.

Mas, todos os comentários trazidos pela mídia digital duvidavam ou divergiam de procedimentos já adotados pelas autoridades russas, em particular de que haviam registrado a vacina antes da fase 3 dos estudos considerados necessários para decidir pelo registro.

De um modo muito sumário, depois de testes em laboratório, inclusive pela inoculação do antígeno em animais cobaias, a fase clínica 1 inocula num número pequeno de pessoas hospitalizadas, normalmente jovens e saudáveis, voluntárias, monitorando todos os sistemas do organismo dessas “cobaias humanas” para saber de sua segurança.

A fase 2, já utiliza um grupo bem maior de pessoas, na qual estuda-se melhor reações adversas e a imunogenicidade, isto é, a resposta em termos da formação de anticorpos protetores. Essa fase, frequentemente, utiliza grupo controle que não é inoculado.

A fase 3 é aquela em que se quer testar se, nas condições de exposição natural, a vacina é eficaz. Nessa situação, precisa-se estudar milhares de pessoas inoculadas, organizando um grupo controle que não recebe a vacina, mas sim um placebo, e comparar a resposta em ambos os grupos. Com esses resultados, que reforçam os indicativos anteriores de que funciona, encaminha-se o registro.

Depois disso, falamos também em fase 4 ou de pós-comercialização. Essa fase precisa de um sistema de vigilância epidemiológica, pois aparecerão situações de reações que só podem aparecer depois de milhões vacinados.

Por óbvio, nem sempre foi assim. Os procedimentos laboratoriais e clínicos, hoje, seguem recomendações de boas práticas da OMS, antes inexistentes.

Muitas vacinas em uso foram desenvolvidas antes dessa regulação de boas práticas. A vacina da varíola apareceu da constatação de quem pegava a varíola (doença que atacava os ordenhadores de vacas) não pegava varíola. E, antes, já havia a varíolização, que consistia em escolher pústulas de pacientes com a doença leve e inocular, para prevenir da varíola maligna.

Vacinas como a da raiva, difteria, tétano, pólio, não passaram, também, pelos mesmos procedimentos. Os resultados eram óbvios com o tempo. No entanto, para introduzir melhorias nas mesmas, foram feitos estudos clínicos comparativos, sem grupo placebo. Isto porque não é considerado ético deixar de vacinar para estudar, se sabemos que a vacina funciona, pela observação histórica.

Há vários métodos utilizados para produzir o antígeno que será testado, a partir do germen causador da doença.

Um dos mais simples e seguros é pela inativação do vírus, que não produzirá a doença, mas produzirá a formação de anticorpos, que já está desenvolvida pela China (Sinovac/Butantan).

Métodos modernos usaram, inicialmente, bactérias ou fungos para expressar proteínas de vírus, identificadas como imunogênicas e específicas do vírus da doença. Nesses procedimentos, um gene do vírus é introduzido na bactéria e esta começa a produzir o antígeno desejado em grande quantidade.

Pesquisas mais recentes para o desenvolvimento de antígenos de vírus respiratórios começaram a utilizar, em vez de bactérias, adenovírus. Estes são responsáveis por resfriados mais comuns, sendo de patogenicidade baixa. Os principais adenovírus humanos, em teste para a COVID-19, são o Ad5 (CanSino - Chinesa) e o Ad26 (Johnson e Johnson - EUA).

O antígeno desenvolvido em Oxford, para a COVID-19, não é humano, mas recolhido de chimpanzé (AstraZenica - Inglaterra).

Em todos os projetos de vacina, a purificação é crítica, para não levar a introduzir elementos tóxicos e produzir aumento de reações adversas.

Há, também, proposta de vacinas mRNA (RNA mensageiro) para a COVID-19, de segurança questionada, e que não foi ainda aprovada por qualquer órgão de regulação sanitária.

Hoje pela manhã, enfim, li, na **Hora do Povo**, um artigo do Sputnik News, conhecendo um pouco mais de detalhes da proposta russa (v. [Como a Rússia chegou à Sputnik V, 1ª vacina para COVID-19](#)).

Em primeiro lugar, ela usará, diferentemente das outras, os dois adenovírus humanos Ad5 e Ad26. Um deles produz o antígeno para a primeira dose e o outro para a segunda dose. Com isso, atingem 100% de imunogenicidade e a designaram como **Sputnik V** (Gamaleya).

Outra novidade, que estão adiando, seria a capacidade produtiva chegar a 500 milhões de doses.

Eles recorreram ao anúncio, antes da publicação dos resultados daquilo que fizeram até agora. Para quem conviveu com russos e ucranianos, não surpreende, pois a questão do segredo em desenvolvimento científico e tecnológico é severo. Vão fazê-lo nos próximos dias, dizem.

O detalhe de registrar antes da chamada fase 3 parece visar dar mais segurança para o uso em grandes números, que, afinal, também dizem que farão em cada país com que estabelecerem acordo. Por isso, o Tecpar possivelmente participará destes testes e se capacitará a produzir a vacina russa, mas uma promessa para o Brasil, sem pedir, ao que se saiba, recursos financeiros para transferir tecnologia (v. [Paraná e Rússia assinam acordo para estudar vacina contra Covid-19](#)).

Em resumo, fora a jogada de marketing, a vacina russa parece estar no mesmo nível das demais em testes. Veremos, após a publicação científica estar disponível.

Creio que esse episódio e o questionamento sobre a realização da fase 3 com grupo placebo pede uma reflexão.

Trata-se de avaliar melhor dois aspectos éticos dos estudos, **na situação pandêmica**.

De um lado, riscos de uso largo do produto, que já se sabe imunogênico em quem não está doente, embora esteja à risco mediano de adoecer.

De outro lado, a questão de não usar (ou protelar) um produto disponível em grupos com alto risco de adoecer.

Em função disso, tais estudos, na circunstância de hoje, exigem delineamento sequencial, para que sejam interrompidos no momento que já se detecte a proteção – ou alguma reação inesperada.

Por fim, a melhor estratégia para um país que tem ainda uma incidência alta da doença, seriam estudos comparativos entre as vacinas disponíveis concomitantes. Mas, aí, a cooperação proclamada e para fazê-la um **bem global** seria bem mais profunda e racional.

(* *Epidemiologista, professor emérito e Assessor de Cooperação Internacional da ENSP/Fiocruz.*)

Para juristas, contrato por hora suprime direitos constitucionais



Ministro Guedes quer extinguir o salário mensal, denunciam entidades



OAB fez defesa no STF contra a TR na correção de créditos trabalhistas

OAB: 'Correção de créditos pela TR representa confisco ao patrimônio dos trabalhadores'

O representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Brito, defendeu no Supremo Tribunal Federal (STF) a inconstitucionalidade da Taxa Referencial (TR) como índice de correção de créditos trabalhistas decorrentes de condenações judiciais.

O Supremo iniciou, na quarta-feira (12), o julgamento das ações que tratam sobre o índice de correção e definirá se deverá ser feita pela aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou pela Taxa Referencial (TR). Cezar Brito, junto a outras entidades, defendeu as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 5867 e 6021). Nas ações, são questionados os dispositivos (incluídos pela reforma trabalhista de 2017), que determinam que a atualização dos créditos trabalhistas

seja feita pela TR. Para Cezar Brito, a TR representa um confisco ao patrimônio e à propriedade dos trabalhadores.

"Lei ordinária pode muito, mas não pode tudo. Lei ordinária não pode tratar com indignidade a pessoa humana, não pode ferir o princípio da isonomia, não pode violar direitos e garantias fundamentais. O STF já disse claramente que a TR é confisco. A TR não pode premiar aquele que confisca não pagando os débitos do trabalhador no momento próprio. São débitos de natureza alimentar, que causam fome, dor e necessidades às famílias. É importante para a classe trabalhadora a decisão do STF no sentido de que a o seu crédito não é diferente de qualquer outro crédito. Foi isso que a Constituição fez ao elevar o trabalho, por diversas vezes, como forma

de erradicar a pobreza e de engrandecer as pessoas. A OAB, cumprindo a sua missão constitucional, pede que a Constituição seja aplicada na sua plenitude, especialmente para aqueles que a Carta Cidadã dedicou tanto carinho e tantos artigos. Viva a dignidade da pessoa humana, viva a dignidade do trabalhador", afirmou Cezar Brito.

O julgamento teve ainda as defesas da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Federação Interestadual dos Trabalhadores e Pesquisadores em Serviços de Telecomunicações (Fitratel) e centrais sindicais, que se manifestaram contra a aplicação da TR como índice de correção.

O caso será retomado pelo Supremo no dia 26 de agosto, com o voto do relator, ministro Gilmar Mendes.



"Governo obscurantista quer acabar com leitura", denuncia Sindicato dos Escritores de SP

A proposta de reforma tributária, que teve a primeira fase apresentada pelo governo em julho, irá afetar bruscamente o setor editorial brasileiro. Se aprovada, a proposta irá retirar a isenção de contribuições para o mercado de livros e aplicar a esse produto uma alíquota de 12%. Com isso, o setor já prevê um aumento de 20% no preço dos exemplares e uma possível queda de vendas e arrecadação.

A mudança está na criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), proposta pelo governo para substituir o Pis/Pasep e a Cofins, que são contribuições e cobranças que, diferentemente de impostos, têm um destino específico, como um fundo destinado aos trabalhadores.

Hoje, o mercado do livro é isento dessas contribuições pela Lei 10.865, de 2004. Além disso, a Constituição prevê que o produto é isento de imposto.

Em nota, o Sindicato dos Escritores no Estado de São Paulo protestou contra os desmandos da proposta de Guedes/Bolsonaro, afirmando que a alíquota irá escancarar ainda mais as desigualdades do país, limitando o acesso à leitura e ao conhecimento. "O livro, em lugar de ser taxado, deve ser subsidiado", afirma a entidade.

Veja a nota na íntegra:

Governo obscurantista quer acabar com leitura

O projeto de reforma tributária de Guedes-Bolsonaro, expressando a postura obscurantista e anti-conhecimento desse grupo que se adonou do governo, pretende incluir o setor de livro na cobrança de uma alíquota de 12% de uma nova contribuição.

Atualmente, o livro é isento de imposto com base em preceito constitucional e, no caso das contribuições Pis/Pasep e Cofins, a lei 10.865/2004 isenta a tributação sobre vendas e importações.

Com a proposta do governo, que unifica essas contribuições com a designação pomposa de Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), as vendas de livros perderiam a isenção dessas contribuições e passariam a pagar 12%, encarecendo o preço do livro, o qual já é quase proibitivo.

O presidente da Câmara Brasileira do Livro, Vitor Tavares, declarou que "a taxação pode inviabilizar as atividades de livrarias e distribuidoras". Por sua vez, as entidades ligadas ao livro, a Câmara Brasileira do Livro, o Sindicato Nacional dos Editores de Livro e a Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares, declararam em manifesto que essa taxação do livro aumentaria a desigualdade do acesso ao conhecimento e à cultura.

É isso ocorre num momento em que, devido à combinação da crise sanitária com a crise econômica, o mercado de livro, que já vinha caindo desde 2018, amarga uma violenta queda nas vendas: até abril, as vendas desabaram 48%. Nas livrarias, por sua vez, durante o período em que estiveram fechadas, o faturamento despencou 70%.

Somamo-nos aos que denunciam essa tentativa, consciente ou não, de impedir o acesso ao conhecimento por parte da população brasileira. O livro, em lugar de ser taxado, deve ser subsidiado.

São Paulo, 15 de agosto de 2020
Diretoria do Sindicato dos Escritores no Estado de São Paulo

GM oferece carro a trabalhador em troca de demissão voluntária

A General Motors vai abrir programas de demissão voluntária (PDV) e a extensão do lay-off em curso, até novembro.

A medida foi negociada com os sindicatos de Metalúrgicos das regiões de São Caetano do Sul (SP), São José dos Campos (SP), Gravataí (RS) e Joinville (SC).

O PDV será aberto apenas nas fábricas de São Caetano e de São José dos Campos.

A proposta da montadora já foi aceita pelos trabalhadores de São Caetano do Sul, de Gravataí e de Joinville, em assembleia online. Os funcionários de São José dos Campos ainda vão decidir sobre a proposta nos próximos dias.

"Nós achamos que uma empresa do porte da GM, que é muito forte a nível internacional, teria total condição de manter os 18 mil funcionários, por mais que durante o período da pandemia houve uma queda na produção. [...] Nós achamos que demitir durante a pandemia é desumano", afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, Weller Gonçalves, em entrevista à Sputnik Brasil.

O PDV terá incentivos de salários que vão de 3 a 7 salários extras por ano trabalhado, dependendo do tempo de empresa;

de um a dois anos de manutenção do plano de saúde e até um modelo Onix para os funcionários com mais de 11 anos de trabalho que aderirem ao programa.

Os funcionários com até três anos de trabalho não terão incentivos. Segundo o presidente em exercício do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, "provavelmente porque a empresa quer manter esse pessoal, que têm salários inferiores aos mais antigos".

No lay-off (suspensão de contratos de trabalho) os trabalhadores vão receber 100% do salário líquido (R\$ 1.813 pagos pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, e o complemento pago pela empresa). As medidas, segundo a empresa, são para evitar demissões em massa diante da crise do coronavírus. A GM emprega 18 mil trabalhadores em todo o Brasil.

Para o vice-presidente do sindicato de São José dos Campos, Renato Almeida, "o sindicato se mantém na defesa dos empregos, especialmente neste momento tão crítico em que a população está sofrendo as consequências da pandemia. Somos contra qualquer tipo de demissão, inclusive o PDV, mas a decisão cabe aos trabalhadores", afirma.

Senadores aprovam auxílio emergencial para atletas e profissionais do esporte

O Senado aprovou, na quinta-feira (13), medidas emergenciais destinadas ao setor esportivo durante a pandemia e concede auxílio-emergencial para atletas e trabalhadores do esporte.

Além do auxílio de três parcelas de R\$ 600 para maiores de 18 anos e atletas ou paratletas com idade mínima de 14 anos, o Projeto de Lei 2.824 também prevê a premiação pela União de até R\$ 30 mil para atletas e paratletas em competições promovidas por entidades desportivas internacionais ou brasileiras.

O PL também prevê a concessão de linhas de crédito específicas ou condições especiais de renegociação de dívidas por instituições financeiras federais para trabalhadores do setor esportivo e as micro e pequenas empresas que tenham finalidade esportiva.

O projeto também trata de questões como isenção de Imposto de Importação para equipamentos esportivos e medidas de segurança nas atividades esportivas durante a pandemia.

Pelas regras, para o recebimento do auxílio emergencial o beneficiário deverá ter renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo ou renda familiar mensal total de até três sa-

lários mínimos, o que for maior, e não ser titular de benefício previdenciário ou assistencial - incluído o Bolsa-Atleta. A exceção é para o Bolsa Família, que poderá ser cumulativo.

O projeto, oriundo da Câmara, é de autoria do deputado Felipe Carreras (PSB-PE). Como foi modificado no Senado, o texto volta agora para nova votação na Câmara dos Deputados com pedido de urgência.

Para receber o auxílio, o esportista ou o profissional, também deverá estar cadastrado em pelo menos um cadastro do setor: estadual, municipal, distrital, de Conselho Regional de Educação Física (Cref); das entidades de prática esportiva ou de alguma entidade nacional de administração do esporte; ou outros cadastros referentes a atividades esportivas existentes na unidade da Federação, bem como a projetos esportivos, conforme informações da Agência do Senado.

Até duas pessoas da mesma família poderão receber o auxílio e, no caso de mãe chefe de família, ela poderá receber duas cotas de R\$ 600. Entre os beneficiários do projeto estão profissionais autônomos da educação física, os profissionais vincula-

dos a uma entidade de prática esportiva ou a uma entidade nacional de administração do esporte, como atletas, paratletas, técnicos, preparadores físicos, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, massagistas, árbitros e auxiliares de arbitragem, de qualquer modalidade, profissionais ou não profissionais, incluídos os trabalhadores envolvidos na realização das competições.

O substitutivo da senadora Leila Barros (PSB-DF) acrescentou emenda do senador Eduardo Girão (Podemos-CE), incluindo entre os beneficiários cronistas, jornalistas e radialistas esportivos sem vínculos empregatícios com entidades de prática desportiva ou concessionárias de serviço de radiodifusão.

"O impacto da pandemia sobre o setor esportivo é severo, com perda substancial de renda em razão da paralisação das atividades, diante do protocolo sanitário. Portanto, as ações previstas neste projeto de lei têm caráter emergencial e requerem implementação imediata, sob pena de aprofundamento dos efeitos econômicos e sociais da crise sanitária sobre o setor do esporte, responsável por parcela do PIB e dos empregos no Brasil", afirmou a senadora Leila Barros.

Governo propõe contrato de trabalho sem direito a FGTS e contribuição previdenciária

Com o pretexto da crise econômica provocada pela pandemia do coronavírus e a necessidade de criar empregos, o Ministério da Economia quer reeditar o projeto da Carteira Verde-Amarela e afrouxar as regras de contratação dos trabalhadores. Para isso o governo está discutindo a implementação de contratações por horas trabalhadas, no lugar do salário mensal.

O projeto do ministro Paulo Guedes prevê que empresas possam ter até metade dos empregados registrados por hora de trabalho, com carteira assinada, mas sem cobrança do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da contribuição previdenciária.

O chamado Contrato de Trabalho Verde Amarelo, uma das principais bandeiras do governo Bolsonaro e rechaçado por amplos setores da sociedade como uma segunda reforma trabalhista, foi proposto pelo governo em abril de 2019 por meio de medida provisória, a MP 905, mas ela não foi votada pelo Congresso, e caducou em abril deste ano.

No dia 30 de junho, em audiência pública virtual no Congresso, o ministro voltou a falar no assunto e disse que o ministério está discutindo a reedição do programa com uma equipe de "estudiosos". Segundo

ele, o registro por hora trabalhada "vai atender cerca de 30 milhões de trabalhadores que estão recebendo o auxílio emergencial de R\$ 600".

Além de esbarrar em inconstitucionalidades, juristas e especialistas em direito do trabalho alertam que a medida pode gerar empregos, mas provocar mais demissões dos trabalhadores atuais, porque seriam mais caros para as empresas.

Para a professora de Direito do Trabalho, Marta Virmercati, o "governo tira o trabalhador da informalidade, mas ele passa a ter suprimidos alguns direitos já garantidos na Constituição Federal".

A proposta que vem sendo gerada no Ministério da Economia para ser enviada ao Congresso é que a implantação do projeto seja gradual. As empresas poderiam ter, no primeiro ano, 10% dos empregados contratados pelo regime de pagamento por hora trabalhada. No segundo ano, 20% e, no terceiro, 30%. O que seria apenas a porteira se abrindo para que a modalidade avance sobre a totalidade dos trabalhadores.

A regra de flexibilização do regime de contratação seria diferente para as empresas de saneamento, em benefício dos empregadores, que já poderiam começar com 50% no primeiro ano.

"Guedes quer sacrificar serviços públicos e agravar ainda mais a crise social do país", afirma CTB

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e mais de uma centena de sindicatos que atuam no setor público denunciam em nota, divulgada na quarta-feira (12), que ao contrário do que diz o governo, a reforma administrativa defendida por pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, "vai sacrificar os serviços públicos brasileiros" e agravar ainda mais os problemas sociais do país.

"A reforma administrativa que o ministro da Economia, Paulo Guedes, propõe como remédio para a longa e já crônica crise econômica que castiga o Brasil é o caminho para concluir a obra neoliberal de desmonte do Estado nacional. Vai agravar os problemas sociais e merece a enérgica oposição da CTB e suas entidades de base, das centrais sindicais, dos movimentos sociais e das forças democráticas e progressistas.", diz a nota.

Esse modelo tem demonstrado seus limites neste momento em que a pandemia é combatida, majoritariamente, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), demonstrando a capacidade estatal de responder às necessidades coletivas, mesmo com o subfinanciamento histórico que a saúde brasileira tem amargado.

"Com isto, transformam-se serviços essenciais à população como saúde e educação em mercadorias exploradas por empresas cujo único objetivo é extrair o lucro máximo, em detrimento dos interesses maiores da população, sobretudo os mais pobres e vulneráveis", continua o documento.

Entre os principais ataques que compõem a reforma está a exclusão dos concursos públicos, "consolidando uma política que vem sendo imposta desde o governo Temer. Na proposta de orçamento de 2021 já não há previsão para concursos públicos".

"Esta proposta se alinha com as restrições da Emenda constitucional 95/2016 [teto de gastos que congelou os investimentos por 20 anos], que instituiu um novo Regime Fiscal fixando limites individualizados para as despesas primárias que serão realizadas pelos poderes e órgãos autônomos da União e com a Lei 173/2020, que criou uma série de restrições (artigo 8º), aplicáveis até 31 de dezembro de 2021, aos entes federati-

vos afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia.", denuncia a CTB.

Dentre as medidas previstas na proposta do governo federal está a "restrição ao aumento da remuneração dos agentes públicos, a alteração de estrutura de carreira, a admissão ou contratação de pessoal, a majoração de vantagens ou auxílios, a contagem de tempo como período aquisitivo para a concessão de adicionais por tempo de serviço e licença-prêmio, entre outros".

A nota destaca ainda, que "o setor da educação superior pública foi surpreendido mais uma vez na última semana com o corte de verbas de 18,32%, imposto pelo ministro da Educação sem nenhum debate com a comunidade universitária. Algumas universidades federais não terão como suportar o corte, que significa cerca de R\$ 30 milhões a menos do valor que já estava empenhado. Bolsonaro quer o fim dos serviços essenciais com contratos temporários emergenciais que desestruturam toda prestação de serviços à sociedade".

Contudo, o que Bolsonaro e Guedes tentam omitir "é que os trabalhadores e trabalhadoras do Serviço Público são os que implementam as políticas públicas no Brasil, zelando por serviços eficientes para toda a população".

"Faz parte do projeto governamental também fechar um bom número de órgãos públicos, deixando ociosos muitos servidores. Milhares de trabalhadores e trabalhadoras do setor também vão se aposentar ao longo dos próximos anos e não mais serão substituídos por concursados", afirma a central.

A CTB defende que é preciso rejeitar "a proposta de reforma administrativa anunciada pelo governo Bolsonaro e conclama o conjunto do movimento sindical, movimentos sociais e forças progressistas à resistência, união e luta, ao lado do funcionalismo, para barrar o retrocesso e defender a democracia, a soberania nacional, a ampliação dos investimentos e dos serviços públicos, o fortalecimento do SUS e o bem estar do povo brasileiro".

"Neste sentido é preciso reforçar a mobilização junto ao Congresso Nacional e nos estados e municípios para convencer os parlamentares a não apoiar a iniciativa do governo", conclui a nota.

Rússia e China reduzem o uso do dólar no comércio bilateral de 90% para 46%

A publicação japonesa Ásia Nikkei Review registrou que a parceria entre a Rússia e a China para reduzir sua dependência do dólar “pode levar a uma ‘aliança financeira’ entre os dois países. No primeiro trimestre de 2020, a participação do dólar no comércio entre a Rússia e a China caiu abaixo de 50% pela primeira vez (para 46%), de acordo com dados recentes do Banco Central da Rússia e do Serviço de Alfândega Federal.

Trata-se de uma drástica redução do uso do dólar no comércio bilateral russo-chinês: há apenas cinco anos, aproximadamente 90% das transações bilaterais ainda eram realizadas na moeda norte-americana. Percentual reduzido para 75% em 2018 e que no ano passado já caíra para 51%.

O uso das moedas nacionais no comércio bilateral atingiu novo máximo no primeiro trimestre de 2020, 24%, enquanto o euro alcançou inédito 30%.

Desde 2014, Rússia e China mantêm acordo de swap cambial no valor de 150 bilhões de yuans (US\$ 24,5 bilhões), que permite que cada país tenha acesso à moeda do outro sem ter que comprá-la no mercado de câmbio.

A desdolarização Rússia-China está se aproximando de um “momento de ruptura” que poderia elevar o relacionamento entre os dois países a uma aliança de fato, afirmou ao Nikkei o diretor do Instituto do Extremo Oriente da Academia Russa de Ciências, Alexey Maslov.

“A colaboração entre a Rússia e a China na esfera financeira nos diz que eles estão finalmente encontrando os parâmetros para uma nova aliança entre eles”, disse ele.

“Muitos esperavam que esta fosse uma aliança militar ou uma aliança comercial, mas agora a aliança está se movendo mais na direção bancária e financeira, e é isso que pode garantir a independência dos dois países”, enfatizou Maslov.

A desdolarização tem sido uma prioridade para a Rússia desde 2014, e em menor escala para a China, quando a reunificação da Crimeia, após o golpe CIA-nazistas na Ucrânia, serviu de pretexto para uma escalada de sanções.

No mesmo ano, a China se viu alvo de uma ‘revolução colorida’ em Hong Kong, a ‘revolução dos guarda-chuvas’, e desde 2012 o governo Obama havia declarado seu ‘pivô para a Ásia’, com dois elementos centrais, o deslocamento para o Pacífico de 60% da frota de guerra dos EUA e o Tratado TransPacífico, para excluir a China.

Para a Rússia sob sanções dos EUA, a substituição do dólar nas relações comerciais se tornou imperiosa. Como destacou o economista-chefe do ING Bank para a Rússia, Dmitry Dolgin: “qualquer transação bancária que ocorre no mundo envolvendo dólares americanos é, em algum momento, compensada por um banco americano”.

O que significa – salientou – “que o governo dos EUA pode dizer ao banco para congelar certas transações”.

Em determinado momento, houve ainda a ameaça de Washington de vetar a utilização, pela Rússia, do sistema de pagamentos internacional SWIFT, o que havia sido feito antes com o Irã.

A questão se agravou quando o regime Trump desencadeou a guerra comercial contra Pequim, com tarifas de centenas de bilhões de dólares sobre importações da China.

“Só recentemente o Estado chinês e principais entidades econômicas começaram a sentir que podiam acabar em situação semelhante à de nossas contrapartes russas: sendo alvo das sanções e potencialmente até sendo excluídos do sistema SWIFT”, disse Zhang Xin, pesquisador do Centro de Estudos Russos da Universidade da China Oriental em Xangai.

Outro marco desse processo aconteceu durante a visita do presidente chinês Xi Jinping à Rússia em junho do ano passado: o acordo para substituir o dólar por moedas nacionais para liquidações internacionais entre eles. Durante o encontro, Putin acusou Washington de “estender sua jurisdição ao mundo” e pediu “repensar o papel do dólar”, que se tornou instrumento de pressão dos EUA “sobre o resto do mundo”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Corte Suprema da Colômbia envia ao Senado solicitação de suspensão do mandato de Uribe

A Corte Suprema de Justiça da Colômbia, determinou ao Senado, no dia 13, que suspenda de seu cargo o senador e ex-presidente Uribe por delitos de fraude processual e de suborno de testemunhas em caso que o vincula a bandos paramilitares.

A Corte já havia decretado antes a prisão preventiva domiciliar de Uribe.

Os magistrados do tribunal enviaram uma carta ao presidente do Senado colombiano, Arturo Char, detalhando a situação jurídica de Uribe, que enfrenta processo penal por adulteração de testemunhas, como informou a rádio local RCN Radio.

“Enviamos este comunicado para que procedam à suspensão do mandato do ex-presidente e, assim, declarem vago seu assento na Câmara Alta [Senado]”, diz o documento.

O órgão exigiu ao Senado que aplique a lei prevista nestes casos e leve a cabo “o trâmite correspondente” segundo a legislação com base na qual se determina que “o exercício da função de congressista pode ser suspenso em virtude de uma decisão judicial da Corte”. Será a Comissão de Ética e Estatuto a encarregada de se pronunciar e comunicar a decisão ao Senado em um prazo de cinco dias.

O tribunal máximo ordenou a prisão domiciliar em 4 de agosto, após determinar que há riscos de que Uribe obstrua a

Justiça no caso de suborno de testemunhas para que acusem oponentes encobrindo sua participação na criação e ações de grupos paramilitares.

Registrado como prisioneiro 1087985, o líder do partido Centro Democrático (de direita), que governou o país por dois mandatos entre 2002 e 2010, tem diversos processos criminais contra si, sendo que a investigação atual é classificada como histórica porque é a primeira vez na Colômbia que um ex-chefe de Estado recebe ordem de prisão.

Os problemas de Uribe não se resumem ao vínculo com os grupos paramilitares. O ex-vice-ministro colombiano de Transporte, García Morales, que serviu durante seu governo – e foi homem de sua confiança – foi condenado no final de 2017 a 5 anos e 2 meses de prisão por ter recebido 6,5 milhões de dólares de propina da construtora Odebrecht para que intercedesse a seu favor na licitação para a construção da estrada Rota do Sol II, avaliada em mais de 1 bilhão de dólares.

Os subornos pagos pela Odebrecht na Colômbia garantiram que ela fosse a única empreiteira habilitada para a licitação de um trecho da estrada. A propina chega a 84 bilhões de pesos (118 milhões de reais). O escândalo, que estourou em 2017, mexeu com o governo de Uribe.

Leia matéria na íntegra: www.horadopovo.com.br

Li Yang: crescimento da China tirou 800 milhões da pobreza



“Um caminho de desenvolvimento que corresponde às condições nacionais chinesas”

‘Acordo’ Israel/Emirados é manobra eleitoreira de Trump e sabota a paz

Os líderes palestinos condenaram com veemência a mais recente manobra eleitoreira de Trump: o acordo de “normalização das relações” entre Israel e os Emirados Árabes Unidos (EAU).

A “declaração conjunta” dos Estados Unidos, Israel e Emirados foi apresentada por Trump, sentando, no dia 14, à mesa do Salão Oval da Casa Branca, sem a presença de representantes nem de Israel nem dos Emirados, com alguns secretários do seu governo, Berkovich, Kushner, Friedman e Mnuchin de pé, aplaudindo o que chamou de “avanço diplomático”.

Os elementos da diminuta monarquia do Golfo, aliada da Arábia Saudita na maior chacina do século 21, contra o Iêmen independente, apresentaram como ganho terem – através do acordo – “detido a anexação” (a manobra eleitoreira anterior de Trump e Netanyahu para ganhar votos de judeus em Israel e nos EUA, uma agressão ao povo palestino, com a anexação de 30% das terras palestinas da Cisjordânia, cujo tiro saiu pela culatra, de um lado unindo todas as forças palestinas e, por outro, rejeitado por toda a União Europeia, países árabes, além da China, Rússia, inúmeros outros países, ONU e organizações judaicas em Israel e todo o mundo, sem coesão para tal estupidez nem mesmo em seus governos, Trump e Netanyahu tiraram da pauta a brilhante ideia, da usurpação trazendo a paz, dizendo que fora “adiada”).

Portanto, se havia uma coisa desnecessária era a mãozinha dos EAU para “parar a anexação” depois dos burros da esdrúxula medida estarem com água até o pescoço, mantendo a usurpação, de fato, das terras e dos direitos do povo palestino pelo governo israelense.

Aliás, é quando trata deste item, na declaração conjunta dos três, que a prepotência de Trump (declarando o seu apoio até ali ao assalto de terras palestinas por Israel como “visão pela paz”) que a dimensão da sabujice da micro-monarquia do Golfo fica mais explícita:

“A pedido do presidente Trump, com apoio dos Emirados Árabes Unidos, Israel vai suspender a declaração de soberania sobre as áreas delimitadas pela Visão pela Paz do presidente”.

Já Netanyahu (a quem até os tribunais e a polícia israelenses julgam por “quebra de confiança”), não demorou mais que algumas horas para puxar o tapete do xeique Muhammed Bin Zayed, que se jactava de ter “parado” a anexação, único jeito para não ficar muito mal ao assinar o acordo: “Não há mudança no meu plano de estender a soberania sobre a Judeia e Samária (nomes bíblicos para trechos da Cisjordânia palestina) e plena coordenação com os Estados Unidos. É meu compromisso”, disse Bibi a seus eleitores.

E mais, David Friedman, o embaixador dos EUA em Israel, o secundou: “Está fora da mesa agora, mas não está fora da mesa permanentemente”.

Mobilização na Bolívia garante a “data inadiável” das eleições: 18 de outubro

Mobilizadas há mais de dez dias com bloqueios de estradas, concentrações e paralisações, as entidades populares bolivianas arrancaram da autoproclamada Jeanine Áñez, nesta quinta-feira, a oficialização da eleição presidencial em 18 de outubro como “data limite e inadiável”.

Antes marcado para 3 de maio, o pleito havia sido remarcado pelo Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) – com comando indicado pela própria “presidência” – para 6 de setembro, e vinha sendo postergado indefinidamente com a justificativa do avanço do coronavírus.

Quase um ano após tomar de assalto o poder – desconsiderando a expressiva vitória do presidente Evo Morales, reeleito nas urnas, em 20 de outubro de 2019 –, Áñez abriu uma grave crise institucional, marcada por dezenas de assassinatos e centenas de prisões.



Acerto ignora direitos dos palestinos e premia ocupação

Convenhamos: o preço pelo adiamento de uma estúpidez já insustentável não foi pequeno: com a normalização isolada, abre passo para mais países árabes, especialmente aqueles que giram como satélites dos EUA na região, sigurem os Emirados e rompam, pelas costas dos palestinos, com a Iniciativa Árabe, documento conjunto dos países árabes propondo exatamente a paz, com a normalização das relações árabes com Israel, em troca do fim da ocupação dos territórios palestinos, que já dura mais de 50 anos, e o reconhecimento pleno do Estado da Palestina por Israel.

Não é à toa que a direção da OLP chamou essa nauseante boca-de-urina para Trump e escora para Netanyahu, ambos caindo pelas tabelas, de uma “traição a Jerusalém”, como afirmou o presidente palestino Mahmud Abbas.

Até aqui apenas o Egito e a Jordânia tinham relações diplomáticas com Israel. Mas, devemos notar, que foram acordos feitos sem que Israel tivesse, até então, declarado a anexação de territórios palestinos ocupados, como fez, agora, durante o governo de Netanyahu, que declarou a Jerusalém Árabe como o interior das fronteiras de Israel e acelerou o expansionismo.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

deado e que contribui para que se restabeleça um ambiente democrático de disputa”, ressaltou.

ATENTADOS FASCISTAS

Na mesma noite de quinta-feira (13) foram atacadas com dinamite as sedes da Central Operária Boliviana (COB) e da Confederação Nacional de Mulheres Camponesas Indígenas Originárias da Bolívia Bartolina Sisa, em La Paz.

“Quem fez isso busca criar caos e ansiedade para que não haja eleições na Bolívia. É um ataque à vida e à democracia”, alertou o candidato do Movimento Ao Socialismo, MAS, à Presidência, o economista Luis Arce Catacora, exigindo a investigação dos fatos e a punição dos autores materiais e intelectuais.

O mesmo sentimento foi ecoado pelo candidato do MAS à vice-presidência, David Choquehuanca, reiterando o “rechaço” à violência, ao ódio e ao racismo. “Exigimos investigação e castigo aos autores e reafirmamos nossa luta pela democracia e pelo Estado de direito”, frisou.

LEONARDO WEXELL SEVERO

“A China eliminará a pobreza absoluta em todo seu território até o final deste ano, tornando-se a primeira nação em desenvolvimento a atingir a meta de ‘erradicação da pobreza’ da ONU”, afirma o cônsul-geral da China no Rio

“Sob a liderança do PCCh, o povo chinês encontrou um caminho de desenvolvimento que melhor corresponde às condições nacionais chinesas e que é o mais propício para resolver os problemas reais da China, que tem maior vantagem sistemática e que trará mais benefícios para a nação chinesa”, afirma Li Yang, cônsul-geral da China no Rio de Janeiro, no artigo que publicamos*

LI YANG

Recentemente, por preconceito ideológico e mentalidade de Guerra Fria, alguns políticos norte-americanos tentaram “separar” o Partido Comunista da China (PCCh) do povo chinês, com a intenção de realizar “ataques de precisão”, ou aproveitar a oportunidade para criar confrontos e semear a discórdia. A razão pela qual essas pessoas são tão insanas é que a sua ignorância e estupidez fazem com que elas não saibam e nem compreendam a relação especial entre o povo chinês e o PCCh de compartilhar alegria e tristeza, glória e vergonha, vida e morte. Gostaria de aproveitar este artigo para completar as lições ausentes destes políticos e ajudá-los a entender por que o povo chinês ama tanto o PCCh, e conter suas ilusões lógicas!

Desde o seu nascimento, há quase 100 anos, o PCCh sempre exerceu a sua aspiração original e missão de buscar a felicidade para o povo chinês e o rejuvenescimento para a nação chinesa. Não importa quais dificuldades e reviravoltas passem, isso nunca mudará! Esta é a razão fundamental pela qual o PCCh conseguiu aumentar de dezenas de membros no início para mais de 93 milhões atualmente, criando uma causa gloriosa sem paralelos. Diferente dos partidos ocidentais, o PCCh não tece “política partidária”, e serve como representante leal dos interesses e vontades do povo chinês, sem interesses privados próprios. A causa do PCCh é a causa do país e do povo. O PCCh defende firmemente os interesses do povo chinês e nunca permitirá a formação ou existência de qualquer força ou grupo especial que viole os interesses do povo na China. O PCCh vem do povo, conta com o povo, se conecta ao povo, acredita no povo, protege e serve o povo. Bem como diz o secretário-geral Xi Jinping, “o PCCh coloca o povo no centro”. Essencialmente, o PCCh é uma parte da população chinesa, mais avançada e mais capaz de assumir a responsabilidade de liderar as diversas causas, isto é, o PCCh e o povo são integrados internamente. Se compararmos os 1,4 bilhão de chineses a um corpo enorme, o PCCh é o seu cérebro e a sua alma, impossível de serem separados um do outro!

Sob a liderança do PCCh, o povo chinês encontrou um caminho de desenvolvimento que melhor corresponde às condições nacionais chinesas, que é o mais propício para resolver os problemas reais da China, que tem maior vantagem sistemática e que trará mais benefícios para a nação chinesa. Este é o caminho do socialismo com características chinesas, que já demonstrou perspectivas brilhantes. Na história moderna, a fim de alcançar a independência e prosperidade do país, bem como a liberdade e libertação do povo, tentaram-se vários projetos na terra da China, mas acabaram fracassando. As práticas históricas comprovam que só o socialismo foi capaz de salvar a China, libertar realmente a nação dos insultos e opressões de outros países, realizando a independência e libertação nacional. Só o socialismo pôde levar a nação chinesa ao renascimento, para erguer-se orgulhosamente entre as nações mundiais. Só o socialismo conseguiu trazer dignidade e felicidade ao povo chinês, e torná-lo dono do país e mestre do seu próprio destino.

Sem a orientação, liderança e luta do PCCh, e sem o apoio, contribuição e sacrifício do povo chinês, é impossível encontrar este caminho brilhante. Portanto, este caminho foi explorado e aberto, à custa de sangue, pelo povo chinês, sob direção do PCCh. No processo de construção conjunta de uma bela pátria e no caminho em direção ao futuro da nação, o PCCh e o povo chinês confiam e dependem um do outro cada vez mais.

Mantendo sempre a sua aspiração original e missão em mente, o PCCh luta junto com o povo e cria um milagre sem paralelo no mundo. Sob a liderança do PCCh, o povo chinês expulsou as potências imperialistas, derrubou os regimes dos caudilhos feudais e fundou a sua própria república. O povo chinês não apenas “se levantou”, mas vem enriquecendo passo a passo. A China já é a segunda maior economia do mundo e o maior país manufatureiro. A China tirou 800 milhões de pessoas da pobreza e eliminará a pobreza absoluta em todo seu território até o final deste ano, tornando-se a primeira nação em desenvolvimento a atingir a meta de “erradicação da pobreza” da ONU. Foi estabelecido o sistema de seguro médico universal na China, que está se desenvolvendo continuamente em direção à alta qualidade. A expectativa média de vida já excedeu 76 anos e continua subindo. A taxa de matrícula na educação obrigatória das crianças chinesas se aproxima de 100%, enquanto no ensino superior ultrapassou 51%, entrando na fase de popularização, com mais de oito milhões de graduados anualmente, em 2019 e em 2020. A sabedoria e a criatividade do povo chinês são desempenhadas completamente, tendo alcançado êxitos de renome mundial em muitas áreas científicas e tecnológicas, entre os quais alguns estão em uma posição pioneira no mundo. Sem precedentes, a China tornou-se o primeiro país a controlar a Covid-19, baixando ao mínimo os danos causados à vida e à saúde do povo, assim como conseguiu recuperar com sucesso a economia antes dos outros países. Tudo isso comprova a firmeza e grandeza do PCCh, que realmente se preocupa com o povo!

O Partido tem coragem e sabe bem realizar a auto-revolução, possui poderosas capacidades de autopurificação, autocorreção e autoaperfeiçoamento e, por tanto, tem a combatividade e vitalidade muito mais fortes do que os partidos ocidentais, contando com um futuro grande e sem limite. O PCCh persiste na procura da verdade, com base nos fatos, e conecta a teoria às práticas, evitando rigidez dogmática e conservadorismo. O PCCh persiste na democracia popular; aceita modestamente a supervisão do povo e mantém a sua aspiração original e missão, bem como a sua característica popular; avançada e contemporânea, através das construções consistentes de política, organização, estilo, disciplina e instituição. O PCCh toma medidas organizacionais a tempo para com os membros degenerados, corruptos, com arbítrio fraco e sem convicção, a fim de garantir sua própria pureza. O PCCh mantém-se sempre modesto, evitando arrogância e precipitação, e atribui importância a aprender os méritos dos outros. O Partido persiste na reforma e inovação, nunca parou de seguir em frente, para acompanhar os tempos tanto na teoria quanto na prática. Sendo um partido enraizado no povo, que se dedica totalmente a conquistar méritos e buscar benefícios a favor do povo, com espírito empreendedor tão forte, é impossível que o PCCh não possua apoio, amor e confiança sinceros do povo chinês!

Podemos dizer que o PCCh é o grande salvador; guia e guarda o povo chinês, enquanto este é a base e a fonte de força para a sobrevivência e o desenvolvimento do PCCh. Ninguém é capaz de separá-los!

*O artigo do cônsul de Li Yang tem por título original “Por que o povo chinês ama tanto o Partido Comunista da China?”

ONU derrota manobra de Trump contra o acordo nuclear com Irã



Derrota dos EUA na ONU expõe ao mundo o isolamento político de Trump

'EUA espiona cidadãos por aplicativos', diz reportagem do Wall Street Journal

Reportagem do Wall Street Journal revelou que, enquanto acusa a China de espionar usuários de redes sociais e persegue aplicativos chineses que caíram no gosto da garotada, é o próprio governo Trump que rastreia informações dos celulares de seus cidadãos por meio de um código inserido em pelo menos 500 aplicativos, sem consentimento ou conhecimento das pessoas.

Conforme o WSJ – um dos três principais jornais dos EUA, ao lado do New York Times e do Washington Post –, a empresa Anomaly Six, fundada por “dois ex-militares ligados à inteligência” e com sede na Virgínia – aquele Estado famoso por abrigar a sede da CIA – incorporou seu software em centenas de aplicativos, permitindo que ele “rastreie os movimentos de centenas de milhões de telefones celulares em todo o mundo”.

Isso é feito pagando a desenvolvedores de aplicativos para inserirem um código de rastreamento, que possibilita essa coleta de informações anônimas dos celulares à Anomaly e seu repasse ao governo.

De acordo com a denúncia, “a Anomaly Six LLC disse em material de marketing que é capaz de extrair dados de localização de mais de 500 aplicativos

móveis, em parte através de seu próprio kit de desenvolvimento de software, ou SDK, que está incorporado diretamente em alguns dos aplicativos”.

Como aponta o jornal, “um SDK permite que a empresa obtenha a localização do telefone se os consumidores permitirem que o aplicativo que contém o software acesse as coordenadas GPS do telefone.”

Pelo contrato da Anomaly Six (literalmente Anomalia Seis, um nome muito sugestivo), está isenta de divulgar quais aplicativos são seus ‘parceiros comerciais’, enquanto os desenvolvedores não têm que informar que inseriram o código maligno na programação.

Como assinalou um blogueiro digital, “já que Anomaly Six não divulga seu software de rastreamento a serviço do governo, não há como optar por sair. Resumindo: você está sendo rastreado e seus hábitos de smartphone estão sendo vendidos para o governo e não há nada que você possa fazer sobre isso”.

Dito crumentemente, é disso que se trata. Matéria da Canaltech sobre o caso aponta que “uma vez que provavelmente não há muita distinção entre os apps distribuídos na Play Store ou na App Store dos EUA

e do restante do mundo, não seria loucura imaginar que nossos dados aqui no Brasil também são coletados pela Anomaly Six”.

A reportagem do WSJ deixa claro que “os dados, coletados por meio de um código alfanumérico existente para cada unidade de celular fabricado no mundo, são anônimos”.

Assim, as informações pessoais não estão contidas diretamente nesse código, mas um simples cruzamento de dados possibilita chegar a elas e torna espionar pessoas selecionadas uma tarefa relativamente simples.

E, de acordo com o jornal, o rastreamento seria “legal” perante a legislação dos EUA, por não ser “tecnicamente” usado para fins comerciais.

A Anomaly Six assevera que seus negócios são confidenciais e que só poderia vir a revelar qualquer informação com autorização de seus ‘parceiros comerciais’ (aos quais paga para instalar seu cavalo de troia). E que não tem qualquer obrigação de fazê-lo.

Quanto ao governo Trump, o que o faria estar xeretando nesse nível a seus cidadãos? Em busca dos ‘antifitas’? Da tendência de voto? Ou do próximo ‘terrorista de almanaque’, que frequenta as cenas de Homeland?

Leia íntegra da matéria em www.horadopovo.com.br

Berlim repudia ingerência da Casa Branca: 'política energética é decisão soberana da UE'

O ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Heiko Maas, advertiu os Estados Unidos que não interferam na construção do gasoduto Nord Stream 2, liderado pela Rússia, enfatizando que a Europa tem o direito de escolher suas próprias fontes de energia. “Onde comprar combustível é uma decisão soberana. Nenhum Estado pode proferir ameaças sobre o que será a política energética da União Europeia [UE]”, disse em conferência de imprensa em Moscou, após uma reunião com o ministro do Exterior Serguei Lavrov.

Maas afirmou já ter expressado seu “descontentamento” ao secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, depois que alguns senadores norte-americanos enviaram às autoridades dos Estados Unidos uma carta em que ameaçam “esmagar” com sanções legais e econômicas a acionistas de uma empresa alemã envolvida na iniciativa de energia. Brandiram com a possível proibição de sua entrada nos Estados Unidos e do congelamento de seus ativos naquele país.

“Sanções entre parceiros são definitivamente o caminho errado a seguir”, assinalou Maas, acrescentando que qualquer tentativa de impedir a conclusão do oleoduto seria uma violação da soberania de seu país.

O projeto Nord Stream 2, construído pela empresa russa Gazprom e em fase de conclusão, está implantando um gasoduto gêmeo de 1.200 quilômetros de extensão, que carregará até 55 bilhões de metros cúbicos de gás por ano da Rússia para a Alemanha, passando através das águas territoriais ou zonas econômicas exclusivas da Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Rússia e Suécia. O gasoduto tem um custo avaliado em US\$ 11 bilhões (R\$ 59,7 bilhões).

O governo de Vladimir Putin denunciou a postura de Washington como concorrência desleal e prometeu desenvolver outra forma de completar o gasoduto se os EUA avançarem com as sanções.

A mídia alemã noticiou no mês passado que o Departamento de Estado dos EUA, o Departamento do Tesouro e o Departamento de Energia tentaram intimidar os empreiteiros europeus com as consequências potenciais da participação na construção do gasoduto. A construção já foi temporariamente interrompida no ano passado depois que

os Estados Unidos cogitaram sanções aos navios envolvidos no projeto. Com a falta de noção habitual, Trump escreveu no Twitter que “A Alemanha paga à Rússia bilhões de dólares por ano pela energia, e devemos proteger a Alemanha da Rússia. O que é isso?”

Klaus Ernst, chefe do Comitê de Economia e Energia do Bundestag (Câmara do Parlamento da Alemanha), considerou as ameaças dos parlamentares do Partido Republicano como “o cúmulo da insolência”.

Segundo Ernst, o texto é uma afronta direta à cidade de Sassnitz, assim como ao Estado de Mecklenburg-Western Pomerania, e mostra que os protestos do governo de Angela Merkel contra as sanções americanas não surtiram efeito.

O parlamentar pediu ao Executivo alemão que convoque o embaixador dos EUA e que apresente contramedidas eficazes e as aplique se necessário, destacou a agência de notícias russa Sputnik.

96% dos trechos da tubulação já estão construídos e atualmente faltam menos de 160 quilômetros por completar. Um representante da Gazprom assegurou que os trabalhos continuam normalmente e que o Nord Stream 2 ficará pronto no final de 2020 ou no início de 2021.

PIB inglês tem retração de 20,4% e quase dobra a da UE

A Grã Bretanha entrou oficialmente em recessão após sua economia contrair 20,4% no segundo trimestre, na comparação com o trimestre anterior, no auge da quarentena para conter a Covid-19, anunciou o Instituto Nacional de Estatísticas (ONS, na sigla em inglês).

Retrocesso pior do que qualquer grande país europeu e do que os Estados Unidos. O resultado é quase duas vezes mais grave do que o da retração da União Europeia em igual período: -11,9%.

No primeiro trimestre, o PIB britânico havia diminuído 2,2%.

O PIB britânico está de volta ao patamar de junho de 2003, com 17 anos de crescimento econômico apagados pela pandemia em apenas dois trimestres.

O mergulho da economia britânica se seguiu à irrupção da Covid-19 em março, acompanhado do fracasso da política de ‘imunização de rebanho’, o que levou à decretação em atraso de um fechamento nacional para conter o coronavírus, cuja extensão acabou sendo maior do que naqueles países que rapidamente tomaram medidas e realizaram a testagem e o rastreamento de contatos.

No mesmo trimestre, a zona do euro encolheu 12,1%, a Alemanha, -10,1%, a França, -13,8% e a Itália, -12,4%. O recuo nos EUA foi de 10,6%.

Ao mesmo tempo em que teve o pior resultado na economia em comparação com os países europeus vizinhos, a Grã Bretanha também foi o país europeu com maior número de mortos, 46 mil.

“A longa duração do bloqueio no segundo trimestre, devido à lenta resposta do governo à Covid-19 em março, seguida por sua falha em evitar que o vírus se propagasse, foi a raiz do baixo desempenho da economia”, afirmou Samuel Tombs, economista-chefe do Reino Unido da Pantheon Macroeconomics, conforme a Bloomberg.

Sob a imperiosa necessidade de fechar lojas, restaurantes, escolas, obras, fábricas e tudo o que não fosse essencial, e de manter as famílias protegidas em casa, a derrubada se estendeu a todos os setores da economia, como atestam os números do ONS.

Os gastos do consumidor caíram 23,1%. A produção industrial encolheu 17%, pior ainda na construção civil, que despencou 31,4%. No setor de hospitalidade – bares, restaurantes e hotéis, a contração chegou a 75%. Os serviços, que são 80% da economia, recuaram 20%. O investimento das empresas desabou 31,4% e os gastos do governo, 14%. Os salários e vencimentos caíram 1,6%, a primeira queda desde 2015 e a maior desde 2008 – queda que só não foi muito, muito maior, por causa do programa de subsídio aos salários dos trabalhadores sob quarentena. 730 mil empregos foram perdidos no período.

Como flexibilização das restrições, houve alguma recuperação em junho, com crescimento de cerca de 9% em relação ao fundo do poço.

De acordo com o estatístico-adjunto, Jonathan Athow, do ONS, “a economia começou a se recuperar em junho, com a reabertura de lojas, fábricas começando a aumentar a produção e construção de casas continuando a se recuperar. Apesar disso, o PIB em junho ainda permanece um sexto abaixo do nível de fevereiro, antes de o vírus atacar.”

Leia mais em www.horadopovo.com.br

EUA: senadores republicanos deixam milhões à beira do despejo

Com o pacote de socorro às famílias e empresas que manteve os EUA à tona praticamente encerrado, e a pandemia ressurgida em grande parte do país – quase 1.500 mortos na quarta-feira, pela primeira vez desde maio –, o Senado dos EUA entrou em recesso na quinta-feira (13), sem que fosse rompido o impasse na aprovação de novo pacote, apesar de dezenas de milhões de norte-americanos desempregados e outros milhões sob ameaça de despejo desde o dia 31 de julho.

O Senado, controlado pelos republicanos, barrou o caminho ao pacote aprovado na Câmara, de US\$ 3 trilhões, e Trump vem se mantendo intransigente em que o novo socorro não deve ultrapassar US\$ 1 trilhão, o valor aprovado pelo Senado.

Uma intransigência mantida, mesmo que para isso seja preciso deixar os desempregados sem o adicional semanal de seguro-desemprego de US\$ 600, as famílias sem nova edição do cheque de US\$ 1.200, as pequenas e médias empresas à míngua na hora da onça beber água, depois de 10,6% de retração no primeiro semestre.

Também, nada de reabastecer os cofres dos estados e dos municípios, sangrados por terem suportado o grosso do combate ao coronavírus, numa situação de queda brutal de receita e omissão do governo federal.

E ainda: nada para as escolas, como se reabrir, com segurança,

não tivesse um custo em medidas sanitárias, de distanciamento e para ter turmas menores.

Embora inicialmente o republicanos houvessem admitido um novo cheque de ajuda às famílias, crucial no período anterior, nada também por aí.

No país mais atingido pela pandemia no mundo inteiro, com 5,4 milhões de contágios e 170 mil mortos, para a testagem da Covid-19 – sem o que não há como controlar o coronavírus –, os republicanos querem quase cinco vezes menos que os US\$ 75 bilhões propostos pelos democratas.

MEIO DO CAMINHO

Os democratas têm proposto que os dois lados “se encontrem no meio do caminho”, num pacote de US\$ 2 trilhões. Mas Trump segue se recusando, enquanto cinicamente, e no esforço de reverter os números desfavoráveis nas pesquisas de intenção de voto, acusa os democratas de fazerem os desempregados de “reféns”.

Quanto ao adicional de seguro-desemprego, a proposta inicial republicana foi de cortá-lo de US\$ 600 para US\$ 200.

Senadores republicanos dizem abertamente que o “excesso de generosidade” no adicional de seguro-desemprego aprovado em maio acostumou mal os trabalhadores, que “não querem trabalhar”.

Leia mais no site www.horadopovo.com.br

A tentativa do governo Trump de estender indefinidamente o embargo de armas contra o Irã obteve apenas o apoio da República Dominicana na reunião do Conselho de Segurança da ONU

O Conselho de Segurança da ONU derrotou fragorosamente resolução dos EUA para estender indefinidamente o embargo de armas da ONU ao Irã, com apenas a República Dominicana votando com o governo Trump, dos 15 membros atuais.

Os EUA vinham usando essa discussão como pretexto para liquidar o acordo nuclear com o Irã, do qual Trump retirou unilateralmente os EUA em 2018, para matar de vez o acordo nuclear com o Irã, assinado em 2015 pelos cinco membros permanentes – EUA, Rússia, China, Reino Unido e França – mais a Alemanha.

Nem foi preciso a Rússia e a China exercerem o direito de veto, pois a resolução precisaria no mínimo do apoio de nove integrantes. Na votação na sexta-feira (14), 11 países se abstiveram e a Rússia e a China votaram contra.

No próximo dia 18 de outubro se encerra o embargo em vigor há 13 anos, como estabelecido no Acordo Nuclear. O secretário de Estado Mike Pompeo passou recibo da derrota sofrida, classificando a decisão do CS como “fracasso imperdoável”.

Após rasgar a assinatura aposta no acordo pelo antecessor Obama, agora o regime Trump alega que pode restaurar todas as sanções proscritas pelo acordo, em função de ser “participante” da resolução do CS que sacramentou o acordo de limitação nuclear entre o Irã e os cinco membros permanentes mais a Alemanha.

O objetivo das novas provocações do governo Trump é empurrar o Irã, que voluntariamente tem mantido o núcleo dos compromissos assumidos, ainda que sob as ilegais sanções de Washington, a deixar o acordo.

A votação “mostrou mais uma vez que o unilateralismo não tem apoio e que o bullying irá falhar”, afirmou ao final da decisão o embaixador da China na ONU, Zhang Jun.

Zhang enfatizou que a alegação de Washington não se sustenta, uma vez que os EUA não são mais parte do acordo de 2015 e, portanto, os EUA “são inelegíveis para exigir que o Conselho de Segurança invoque a ‘revanche’ [mecanismo previsto para o caso de não-cumprimento]”.

A esmagadora maioria dos membros do CS “acredita que a tentativa dos EUA não tem base legal”, acrescentou. “Se os EUA insistirem, independentemente da opinião internacional, estão condenados ao fracasso como hoje”.

O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, já previra o fracasso de Washington nas tentativas de prorrogar o embargo, por serem “fundamentalmente contrárias ao direito internacional”.

França, Reino Unido e

Alemanha reiteraram seu “compromisso com suas obrigações com respeito ao acordo nuclear com o Irã”, como registrou o embaixador francês diante das Nações Unidas, Nicolas de Riviere.

O acordo “joga um papel chave na preservação do regime de não proliferação das armas nucleares e assegura que o Irã nunca adquira uma arma nuclear”, afirmou De Riviere.

“O Irã conseguiu uma grande vitória no Conselho de Segurança”, comemorou o presidente Hassan Rouhani, salientando que pela primeira vez uma resolução dos americanos ao Conselho de Segurança da ONU [sobre o Irã] “obteve apenas um voto”.

Fato que “mostra o isolamento dos Estados Unidos” e o “amplo consenso mundial a favor da preservação do acordo nuclear”, acrescentou.

Já o embaixador iraniano Majid Takht Ravanchi acusou os EUA de tentar usar o embargo de armas “como um pretexto para matar o JCPÓA para sempre por meio do mecanismo de revanche” – através do qual um país signatário, que considerasse que Teerã não cumpre o acordo, poderia acionar a volta das sanções vigentes até 2015.

Em paralelo à votação da resolução, a Rússia anunciou proposta do presidente Vladimir Putin para que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança mais a Alemanha e o Irã se reunissem para evitar a escalada das pressões dos EUA para estender o embargo de armas iraniano.

Em nota divulgada pelo Kremlin, Putin disse que “a questão é urgente”, acrescentando que o objetivo da videoconferência seria “delimitar medidas para evitar o confronto e a exacerbação da situação no Conselho de Segurança da ONU”.

“Se os líderes estão fundamentalmente prontos para uma conversa, propomos coordenar prontamente a agenda”, disse Putin. “A alternativa é aumentar ainda mais a tensão, aumentar o risco de conflito. Este desenvolvimento deve ser evitado.”

Porta-voz do presidente francês Emmanuel Macron confirmou a “disponibilidade de princípio” da França à proposta de Putin. “No passado implementamos iniciativas com o mesmo espírito”.

O Departamento de Estado já se pronunciou contra.

Enquanto ameaça sancionar o Irã por fazer o que qualquer país no mundo pode – comprar ou vender armas – Trump retirou os EUA do tratado da ONU que regula o comércio mundial de armamentos, mesmo sendo o país recordista em gasto militar no mundo e o vendedor número 1 de armas. Há dois anos, Trump assinou acordo para venda de US\$ 110 bilhões em armas à Arábia Saudita.

Convenção Democrata abre nova fase da corrida à Casa Branca

A Convenção Nacional do Partido Democrata dos Estados Unidos iniciou na segunda-feira (17) à noite com uma ampla mobilização virtual buscando unir o partido em torno das candidaturas de Joe Biden e Kamala Harris para derrotar Trump rumo à Casa Branca.

Com os EUA somando mais de 170 mil mortos e quase 5,5 milhões de infectados por coronavírus, os democratas precisaram adaptar a Convenção aos tempos pandêmicos, reunindo dezenas de milhares de delegados na internet em vez de submeter sua militância ao risco de um estádio.

De acordo com observadores, “a convenção reduzida será uma mistura de discursos ao vivo e pré-gravados e elementos visuais produzidos”.

Como uma grande confraternização, o objetivo central do evento será exibir um Partido Democrata unido, multirracial e multiétnico,

que busca resgatar o país das mãos de um alucinado como Trump, em meio à pior crise de saúde pública no século e à mais grave crise econômica desde a Grande Depressão.

Conforme os analistas, ainda que persistam as divisões partidárias entre uma “cúpula centrista e fileiras progressistas”, mais do que nunca a prioridade – e a urgência – é a derrota de Trump. Assim, avaliam, a cúpula que preferiu Biden ao candidato Bernie Sanders que mobilizou os setores que mais advogam mudanças nos Estados Unidos, agora prioriza a composição e o diálogo para vencer os republicanos nas urnas.

Na avaliação do senador Sanders, diante da sequência de crimes e atropelos contra outros povos, há uma tomada de consciência crescente em amplos setores da população de que Trump é o presidente mais perigoso da história estadunidense.

Por que continuam a morrer mais de mil brasileiros por dia? - (1)

Luiz Humberto Carrijo entrevista cientistas e professores em live reveladora sobre a pandemia

O tema do encontro foi “A vigilância Epidemiológica e a Inteligência Geográfica para suprimir a transmissão do Coronavírus”.

A discussão se concentrou na análise da situação da pandemia, que se apresenta neste momento com cerca de 40 mil novos casos de infectados pelo coronavírus diariamente, e que mata cerca de mil pessoas no Brasil em média também todos os dias.

Participaram da discussão o epidemiologista, ex-secretário de Saúde do Rio e professor da Escola Nacional de Saúde Pública e da Fiocruz, **Eduardo Costa**, o geógrafo e professor da UnB, mestre em Geociências e Meio Ambiente, **Edilson de Sousa Bias**, o doutor em Saúde Pública e professor do Programa de Pós Graduação da Escola Superior em Ciências da Saúde do Distrito Federal, **Roberto Bittencourt**, e o professor **Paulo Angelo Alves Resende**, matemático e doutor em Ciências da Computação e Coordenador do Observatório da Covid-19 da UnB. Acompanhe a entrevista completa.

Luiz Humberto Carrijo: *O Brasil adotou uma política de isolamento social de forma atabalhoada, sem uma liderança nacional, com muita desentendimento e confusão entre governos estaduais e municipais e o governo federal. Vemos antes da federação ora flexibilizando, ora mais restritivos. Esse isolamento social não está levando em conta as condições socioeconômicas da maioria da população que tem limitações de mobilidade, de moradia, que não consegue fazer esse isolamento social. Ao mesmo tempo vemos essa curva de infectados aumentando, da mesma maneira que o número de mortos. Nos dá a impressão que estamos num isolamento às cegas? Fazemos então a pergunta, existe uma luz no fim do túnel? Como é o modelo de vigilância epidemiológica que vocês propõem?*

Eduardo Costa: O Brasil não começou as suas atividades de controle de uma maneira, que a gente pudesse dizer, minimamente planejada. Isso pode ser um erro habitual. É difícil nas situações iniciais um pouco desconhecidas, como muitas coisas ainda são. Na verdade o que houve é que o país se agarrou a uma única atividade central que dizia que devíamos fazer o que a gente chama de isolamento social indiscriminado. Dizia-se através da mídia para cada um se isolar sem uma base epidemiológica. Sem saber se o país inteiro está infectado, se é um estado só, ou seja, qual é a situação. Sempre faltou um pouco de inteligência epidemiológica desde o início.

E a outra coisa que estavam preocupados, que era natural que estivessem, já tinha havido a experiência de outros países, era a precariedade da distribuição de leitos no Brasil, leitos de UTI especialmente, e que seriam necessários. Então começou um trabalho inicial muito concentrado na questão hospitalar de um lado, com assistência médica, que nós sabemos, não altera muito o curso da doença, não tem um efeito na transmissão da doença e também não muda muito o curso da doença. Na verdade essa é uma realidade que a gente tem. Concentrou-se nisso, que eram coisas, com muita importância, do ponto



de vista social e humano, mas com pouco efeito no controle da doença.

E o “indiscriminado” estava marcado por um problema. Não dá para todo mundo parar, do ponto de vista social, por uma questão alimentar, as cadeias nutricionais que são necessárias, tem o setor de saúde que precisa sair para atender, você tem algumas atividades essenciais que acabam circulando bastante entre hospitais, os profissionais de saúde com mais de um emprego, circulam e voltam para casa e são fontes de risco. Então tivemos uma disseminação que continua a acontecer por essas atividades essenciais, embora tivéssemos um isolamento geral indiscriminado de pessoas com pouco risco. Os de maiores riscos não foram atendidos adequadamente.

O que aconteceu foi que tivemos uma mitigação da curva com esse isolamento que funcionou. Ele ajudou a mitigar, como se diz por aí, a curva e saímos de um nível inicial de R de 3, para R de 1,4, por aí, em seis semanas. Depois começou uma queda bem mais lenta.

Para enfrentar esse quadro necessitamos de dois instrumentos. Um que é a inteligência epidemiológica para poder fazer o combate no terreno, com os instrumentos que a saúde pública tem, e precisamos também da inteligência geográfica porque precisa localizar, principalmente num país grande como o Brasil. Tem que correr atrás, identificar onde é que está. Tem que ter informação suficiente para isso.

“Na epidemiologia o objetivo de tudo é a supressão da transmissão. Para isso, nós temos que trabalhar nos casos. A partir dos casos, identificar de onde ele pegou, isolar as pessoas que convivem com ele para que também não peguem”

Tem que fazer um trabalho epidemiológico que não foi feito. Isso a gente chama de vigilância epidemiológica, que é uma informação para a ação, que é o isolamento das pessoas que tenham contato. Para isso não foi feito um planejamento. O SUS tem capacidade para trabalhar com vigilância epidemiológica, mas não ativou isso. Pelo contrário, mandavam as pessoas para casa, simplesmente, quando era doença leve, nem notificava de cara, era suspeito, não confirmavam. Voltavam para casa e continuava a transmissão. Se ele era grave, ia para o hospital. Essa é a mudança que tem que ter. Estamos falando nisso há dois meses.

Luiz Humberto Carrijo: *O senhor acredita que esse modelo foi adotado porque a perspectiva preponderante é um modelo de infectologistas e não epidemiológico?*

Eduardo Costa: O nosso campo da epidemiologia, de uma maneira surpreendente, ficou abafado nesse período muito longo desde o começo da epidemia. E ele é chave para o controle. Passou-se a ideia de que você (indivíduo)



“Na epidemiologia o objetivo de tudo é a supressão da transmissão. Para isso, nós temos que trabalhar nos casos. A partir dos casos, identificar de onde ele pegou, isolar as pessoas que convivem com ele para que também não peguem”

é responsável por tudo. Não pode sair, não pode se virar, não pode ir onde estão os outros, então cada um por si. Muitas instruções jogadas ao ar e muito pouca atividade mais direta dos serviços de saúde no processo, a não ser na atenção médica hospitalar.

Isso atrasou muito na atuação e isso se refletiu também em não ter testagem. Você precisa procurar o contato, fazer o teste, isolar, os que estiveram dentro do período de incubação, deixar em quarentena para ver como vai evoluir. São coisas simples, que podem ser feitas até por pessoal auxiliar. O contato deve estar referenciado perto da casa dele, onde ele adoeceu, eventualmente no trabalho dele.

“Você precisa procurar o contato, fazer o teste, isolar, os que estiveram dentro do período de incubação, deixar em quarentena para ver como vai evoluir”

Eu não disputaria com os infectologistas, mas, os infectologistas não têm a mesma visão do controle a nível populacional. Um infectologista pensa muito mais no controle individual porque ele é basicamente um clínico. Ele pensa na prevenção no nível individual, no seu cliente. O epidemiologista pensa na população inteira porque esta é o “seu cliente”. Tem que trabalhar com uma ideia coletiva, e essa é a nossa diferença de abordagem.

Luiz Humberto Carrijo: *Eu queria jogar essa bola para o dr. Roberto Bittencourt. Quero saber se o sistema de saúde brasileiro tem condições de dar conta da demanda provinda desse modelo de vigilância epidemiológica que seria identificar, rastrear e isolar. O professor Eduardo Costa diz que o SUS dá conta. Você é da mesma opinião e por quê?*

Roberto Bittencourt: Eu levantei alguns dados aqui que vou colocar para vocês. Não entrou em campo a atenção básica de saúde. Você perguntou se o SUS daria conta de sustentar uma política de vigilância, um plano de ação com base na vigilância epidemiológica. Eu afirmo de forma categórica que sim. O SUS daria conta de trabalhar um plano com base na vigilância epidemiológica e em inteligência epidemiológica e também com base na inteligência geográfica. Porque eu estou falando isso. A vigilância epi-

demiológica trabalha com três passos. Primeiro, identifica os casos, nós precisamos identificar os casos. Tem 40 mil casos novos por dia no Brasil. Isso se distribui nos estados de uma forma desigual, mas, está em todo o Brasil. Os municípios sabem os novos casos que existem. Os casos são identificados através dos sintomas ou através do teste do swab, que é o único teste razoável de se fazer neste momento, que vai dizer se a pessoa está ou não doente.

O segundo passo é rastrear os contatos. Cada caso novo gera um contato familiar, um contato profissional que precisa ser rastreado e precisa ser identificado para que se proponha dar o terceiro passo. Qual é o terceiro passo? É fazer a quarentena seletiva, a quarentena individual ou o isolamento social seletivo. A pessoa que está infectada deve ser isolada.

Esses três passos, identificar os casos, rastrear os contatos e isolar os infectados pode ser feito pela atenção básica. A atenção básica pode proporcionar isso. Ela pode proporcionar o acompanhamento dos casos. Nós estamos falando de 42,4 mil unidades básicas de saúde. Praticamente todos os municípios do Brasil têm atenção básica. São 35 mil equipes de saúde da família com uma cobertura de 70% da população brasileira. O SUS tem uma equipe de 300 mil agentes comunitários. Essa força que é a força principal do SUS não entrou em campo ainda. Não entrou com o apoio e o planejamento necessários porque tem muita gente brigando como verdadeiros heróis na atenção básica, lutando contra a pandemia. Esta ação não está sendo o principal elemento para impedir que a pandemia se desenvolva.

Tem que ponderar que o terceiro passo é um passo difícil. Fazer isolamento social hoje, mesmo que seja o isolamento social das pessoas que estão positivas, dos casos confirmados, uma quarentena bem definida, é muito difícil, pelo quadro da tragédia social que o Brasil vive. Nós somos um dos países mais desiguais do mundo. Então, não é uma solução fácil.

Luiz Humberto Carrijo: *Dr. Edilson, o geoprocessamento parece que tem um papel fundamental para que o método seja bem sucedido. Como é que a geografia pode atuar positivamente nessa es-*

tratégia, identificando uma pessoa infectada no meio de uma multidão, numa comunidade como no Rio de Janeiro. Nós temos tecnologia para isso?

Edilson de Sousa Bias: O artigo de Eduardo de Resende Francisco, da FGV, trata um tema interessante. Vou citar uma linha do artigo que fala do profissional do presente e do futuro. Ele diz, “o profissional do presente e do futuro não pode prescindir de uma consciência analítica que compreenda as dimensões estatísticas e geográficas”. O profissional vai ter que entender esses conceitos. Se nós analisarmos esse momento, e o professor Roberto fez esse enfoque, o território é a plataforma onde nós estamos verificando as dinâmicas de disseminação da Covid-19 no Brasil e em todo o mundo. Precisamos entender esses processos. Nós precisamos conhecer e entender como isso pode ser feito utilizando mecanismos que nos levem a compreender o processo da dinâmica espacial, porque tudo isso ocorre aonde? Isso ocorre sobre o território. A questão da inteligência aplicada à saúde não é uma coisa nova.

Muita gente pensa que isso apareceu agora, que isso é uma invenção que os geógrafos, que os cartógrafos, que os agrimensores, que as pessoas que estão ligadas mais à aplicação geográfica trazem nesse momento para mostrar a importância do seu trabalho. Mas, a coisa não é assim.

Se nós recordarmos o ano de 1854, em Londres, o médico inglês John Snow, ele conseguiu mostrar que um organismo vivo poderia ser a fonte de disseminação de doenças em um ambiente urbano. Vivia-se naquele momento um grande processo da cólera, que envolvia vários bairros em Londres. E ele então, utilizando de análises geográficas, evidentemente sem trabalhar com todo o conceito tecnológico que nós temos hoje, mas, utilizando a inteligência geográfica, ele conseguiu demonstrar a correspondência entre as mortes e os graus de poluição que existiam em diversos bairros de Londres.

Esse trabalho do John Snow ficou conhecido nas áreas de estudo de epidemiologia e também nas áreas de análises geográficas como uma das grandes e das primeiras aplicações dentro dessa área. Então vejam, se em 1854 John Snow conseguiu desenvolver tudo isso, identificar e estabelecer uma condição para um melhor controle sanitário da cidade de Londres e também para a manutenção da vida de centenas de milhares de pessoas, o que é que nós não poderíamos fazer hoje,

Luiz Humberto Carrijo, Edson de Sousa Bias, Roberto Bittencourt, Eduardo Costa e Paulo Angelo Alves (Foto: reprodução)

com todo o desenvolvimento tecnológico que já possuímos?

A utilização da inteligência geográfica nos permite trabalhar com metodologias, e essas metodologias associadas às tecnologias que hoje nós dispomos, permitem estruturação de modelos e esses modelos, utilizando dados que podem ser especializados, eles favorecerão uma análise e o conhecimento de agrupamento dos fenômenos. Tanto o professor Eduardo quanto o professor Roberto fizeram duas considerações que eu achei extremamente pertinente nesse momento. O isolamento às cegas. E isolamento com as diferenças socioeconômicas e até mesmo diferenças de formas de aglomeração de população em função do conteúdo que as cidades permitem com que eles ali passem a conviver.

Para entender e para agir é necessário conhecer primeiro, como a população se aglomera, como ela está situada dentro de uma área urbana, dentro de uma determinada localidade. Como podemos fazer isso? Tudo que existe na natureza terrestre é possível se fazer a localização dela. Essa localização é feita por meio de uma coordenada geográfica. Uma coordenada que pode ser tanto utilizada num plano sexagesimal, trabalhando graus minutos e segundos, que é o que nós conhecemos como coordenadas geográficas, ou então trabalhando num plano cartesiano, trabalhando com coordenadas x e y. Mas, seja em um ou outro, nós temos a definição da posição de um determinado elemento, seja ele o que for, uma pessoa, uma residência, um hospital, uma escola, tudo aquilo sobre a superfície terrestre. Se eu posso localizar isso, eu posso sobrepor, por exemplo, com a parte de exames que podem ser feitos, testes que podem ser feitos. Eu posso fazer a localização de onde os testes me mostram o posicionamento de pessoas que estão apresentando ou que já apresentaram esse problema.

Com base nisso, eu começo a fazer agrupamentos e através desses agrupamentos, eu posso estabelecer medidas, planos de ação, protocolos para a ação. Então eu deixo de agir, como o Roberto diz, eu deixo de agir num isolamento às cegas para agir num isolamento com consciência de onde o elemento está acontecendo. Isso é sumamente importante neste momento. Utilizar a inteligência para auxiliar a tomada de decisão. É conhecer onde se deve atuar, para não se agir às cegas. E, com todo o conjunto de dados que nós temos, e podemos obter isso, e com o ferramental tecnológico de hoje, esse tipo de análise é extremamente possível de se realizar.

Agora, é evidente que é necessário que os dados cheguem para que as ações possam então ser estabelecidas, porque sem o dado, é impossível se fazer uma análise dessa natureza. Mas, o conceito de inteligência geográfica neste momento, ele é a coisa mais importante para que a ação, que a inteligência epidemiológica possa agir dentro de um contexto de controle. Sem isso nós vamos ficar dando tiros às cegas sem conseguir atingir ninguém porque nós não sabemos efetivamente onde nós temos e devemos agir.

Continua na próxima edição